



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 173

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2021

ANO X

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS 2694

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES 2695

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE 2699

TAQUIGRAFIA

41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 21.09.2021
INÍCIO: 18h35min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. JAIR MONTES
SR. CHIQUINHO DA EMATER

SECRETÁRIO: SR. JAIR MONTES

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Pego a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fica dispensada a leitura da ata da Sessão anterior e que seja publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 21/2021 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 230. Altera e acresce dispositivos ao artigo 137-A da Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em segunda discussão e votação a Proposta de Emenda Constitucional nº 21/2021, agora. Os deputados favoráveis votarão “sim”, os contrários votarão “não”. Está iniciada a votação.

Deputado Jair Montes, conduza a chamada. Chama um por um.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Adelino Follador, como vota?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Voto “sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Vota “sim”.
Deputado Alan Queiroz, como vota?

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) – “Sim”,
Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Alan Queiroz vota “sim”.
Deputado Alex Silva, como vota?

O SR. ALEX SILVA (Por videoconferência) – “Sim”,
Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Alex Silva, “sim”.
Deputado Anderson Pereira, como vota?

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Divisão de Publicações e Anais - Eloy Santana Leônico Almeida

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

O SR. ANDERSON PEREIRA – “Sim”. **(fora do microfone).**

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Anderson Pereira, “sim”.
Deputada Cassia Muleta, como vota?

A SRA. CASSIA MULETA *(Por videoconferência)* – Voto “sim”, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputada Cassia Muleta vota “sim”.
Deputado Chiquinho da Emater, como vota?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – “Sim”. **(fora do microfone).**

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Chiquinho da Emater vota “sim”.
Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ *(Por videoconferência)* – Voto “sim”, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Cirone Deiró vota “sim”.
Deputado Dr. Neidson, como vota?

O SR. DR. NEIDSON – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Eyder Brasil, como vota?

O SR. EYDER BRASIL – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Ezequiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Voto “sim”, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Geraldo da Rondônia, como vota?
Deputado Ismael Crispin, vice-líder do governo, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Voto “sim”, de novo.

□

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Jair Montes vota “sim”.
Deputado Jean de Oliveira, como vota?
Deputado Jhony Paixão, como vota?

O SR. JHONY PAIXÃO – Voto “sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Laerte Gomes, como vota?
Deputado Lazinho da Fetagro, como vota?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Abstenção. **(fora microfone).**

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Abstenção.
Deputado Lebrão, como vota? Deputado Lebrão, “sim”.
Deputado Luizinho Goebel, líder do Governo nesta Casa, como vota? Cadê o líder do governo, hein?

Deputado Marcelo Cruz, como vota? Vota “sim” o Deputado Marcelo Cruz.

Deputado Ribamar Araújo, como vota? Deputado Ribamar Araújo vota “sim”.

Deputada Rosângela Donadon, como vota?

A SRA. ROSÂNGELA DONADON *(Por videoconferência)* – Voto “sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputada Rosângela Donadon vota “sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Saulo Moreira, o mais novo deputado desta Casa, como vota?

O SR. SAULO MOREIRA – Voto “sim”, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Saulo Moreira vota “sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputados on-line, por favor.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – Deputado Jair Montes...

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Quem é? É o Deputado Luizinho Goebel?
Deputado Luizinho Goebel, como vota?

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – “Sim”, Deputado... **(falha na transmissão do áudio)**

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – “Sim”. Está entalado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fiquei sabendo que ele está no Município de Ariquemes.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Deixa de ser “intrigueiro”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – 20 votos “sim”, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fiquei sabendo que o Deputado Luizinho Goebel foi em Ariquemes e falou: “agora estou aqui, que Ariquemes não tem deputado.”

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Ué, tem 4, lá.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É, tem 4. Tem 4.
O SR. EYDER BRASIL – “Salvador da Pátria”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deixa ele pegar o Geraldo da Rondônia pela frente dele.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Brincando, brincando, Deputado Luizinho. Sabe que a gente brinca e que a gente te ama.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem muito deputado lá, então tem que ir lá...

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Já tem muito deputado lá.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- abstenção
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- abstenção
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **F i c a aprovada a PEC nº 21/2021, por 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções: a minha e a do Deputado Lazinho. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1377/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 231. Dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio Previdência Social do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em segunda discussão e votação do Projeto de Amortização do Iperon.

Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Quero registrar o voto contrário, a abstenção do Deputado Lazinho da Fetagro e a minha abstenção regimental, também. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 746/2020 DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos canais de denúncias de abuso e violência contra crianças e adolescentes (Disque 100) durante as transmissões das videoaulas e das aulas ao vivo via internet, disponibilizadas pela rede de ensino público e privada no Estado.

O SR. SAULO MOREIRA – Deputado, o senhor vai liberar o Projeto dos policiais penais para poder votar ainda hoje?

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Vamos liberar assim que nós analisarmos.

O SR. SAULO MOREIRA – Ah, então está bom. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Questão de Ordem, Presidente. Projeto nominal só tem mais um, não é? Nominal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só o do Deputado Anderson.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Do Deputado Marcelo Cruz.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Do Deputado Marcelo Cruz, o Projeto de Campo Novo.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Campo Novo, já está aqui.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Nós estamos com os deputados que estão on-line, pedindo para pautar ele.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Já está aqui.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Ótimo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Jhony Paixão. Projeto de Lei 746/2020. Em segunda votação. Algum deputado gostaria de discutir? Já foi discutido e aprovado em primeira votação. Vamos para a segunda. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 98/2021 DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Transforma em Estância Turística o município de Campo Novo de Rondônia.

O homem está andando, hein, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Deputado Marcelo Cruz e o Deputado Ismael Crispin — esses homens estão voando.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Estão voando. Estão voando. E o Deputado Luizinho Goebel está em Ariquemes.

O SR. MARCELO CRUZ – Deputado Ismael Crispin pode falar, agora, o Deputado Marcelo Cruz está bem quietinho, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Deputado Marcelo, para com isso, para com isso (risos).

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado para discutir o Projeto? Não havendo, passemos à votação. Os deputados favoráveis votarão “sim”, os contrários votarão “não”.

O Deputado Jair Montes fará a chamada nominal de todos os deputados. É mais rápido. Vai lá, Deputado.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Adelino Follador, como vota? Deputado Adelino Follador, “sim”. Deputado Alan Queiroz, como vota?

O SR. ALAN QUEIROZ *(Por videoconferência)* – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – “Sim”, Deputado Alan Queiroz. Deputado Alex Silva, como vota?

O SR. ALEX SILVA *(Por videoconferência)* – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Anderson Pereira? Votou como no painel? “Sim”. Deputada Cassia Muleta, como vota?

A SRA. CASSIA MULETA *(Por videoconferência)* – Voto “sim”, Presidente.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – “Sim”, Deputada Cassia Muleta.

Deputado Chiquinho da Emater, como vota? Deputado Chiquinho da Emater “sim”.

Como vota o Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ *(Por videoconferência)* – Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – “Sim”, Deputado Cirone Deiró.

Como vota o Deputado Dr. Neidson?

O SR. DR. NEIDSON – Voto “sim”, Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Eyder Brasil, como vota?

O SR. EYDER BRASIL – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Ezequiel Neiva, como vota?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Geraldo da Rondônia, como vota?

Deputado Ismael Crispin, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Voto “sim” mais uma vez.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Jair Montes vota “sim”

Deputado Jean Oliveira, como vota?

Deputado Jhony Paixão, como vota?

O SR. JHONY PAIXÃO – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Laerte, como vota?

Deputado Lazinho da Fetagro, como vota?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – “Sim”.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Lebrão “sim”.

Deputado Luizinho Goebel, como vota?

Deputado Marcelo Cruz, como vota?

Deputado Ribamar Araújo, como vota?

Deputada Rosângela Donadon, como vota?

A SRA. ROSÂNGELA DONADON *(Por videoconferência)* – “Sim”, Presidente.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Deputado Saulo Moreira, como vota?

O SR. SAULO MOREIRA – “Sim”, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só somar, aqui, o resultado.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Vinte. Deputado Luizinho Goebel, acho que deu...

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – “Sim”.

O SR. EYDER BRASIL – Ele está na zona rural de Ariquemes, a internet é ruim lá.

O SR. SAULO MOREIRA – Esse Deputado Luizinho está muito atuante. Ele está até perdendo a fala. (risos)

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- abstenção
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim

- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – **Com 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção regimental, fica a provado o Projeto de Lei Complementar 98/2021. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 771/2020 DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Institui a campanha Permanente de conscientização da depressão infantil e na adolescência no âmbito estadual e dá outras providências.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir o Projeto em segunda votação? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 926/2020 DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Dispõe sobre a imposição de sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico de drogas, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Projeto de Lei 926/2020, alguém gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 948/2021 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Rondônia ao aprendizado de língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei 948/2021? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 581/2020 DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população do Estado de Rondônia em estabelecimentos de prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como

em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosos ou catástrofes naturais.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em segunda discussão o Projeto do Deputado Jhony Paixão. Alguém para discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1008/2021 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Institui o 22 de setembro como o Dia da Juventude no âmbito do Estado de Rondônia.

Senhor Presidente, nós temos uma convocação do Secretário que está há quatro Sessões tentando falar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Já vamos chamar. Quem convocou?

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Fui eu, mas faz tempo. Mas os deputados têm que ficar para eu não ficar sozinho, aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu tenho outro compromisso, mas eu vou convocar Vossa Excelência para presidir a Sessão.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Eu vou liberar ele de novo, é o jeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não. Quero parabenizar o Deputado Lazinho da Fetagro que amanhã é o Dia Internacional da Juventude e apresentou o Projeto reconhecendo o dia 22 de setembro como Dia Estadual da Juventude. Parabéns.

Algum deputado para discutir o Projeto de Lei 1008/2021 em segunda votação? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1351/2021 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Declara de Utilidade Pública a Associação Escola Família Cone Sul – AEFACS, localizada no Município de Cerejeiras.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em segunda discussão do Projeto de Lei 1351/2021, de autoria do Deputado Lazinho. Algum deputado para discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1172/2021 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Dispõe sobre a vedação de instalação de confinamentos de bovinos sem a observância da distância mínima de residências, escolas, centros desportivos, centros religiosos, associações e nascentes de água, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Projeto de Lei 1172/2021, do Deputado Lazinho. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Com Emenda, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com Emenda. É a segunda votação já. **Fica aprovado. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 747/2020 DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Dispõe sobre a responsabilização de alunos ou responsáveis por danos materiais causados nas escolas da rede pública estadual e dá outras providências.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Não há mais matérias para deliberar, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Encerradas as votações. Nós temos agora os sabatinados, os convocados.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Eu vou pedir que os deputados, por favor, continuem conosco, Deputado Chiquinho, Deputado Crispin, Deputado Saulo, Deputado Jean, Deputado Adelino Follador, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quem são os autores, gente? É o Deputado Jair Montes. Eu gostaria de convidar o Deputado Jair Montes para presidir a Sessão de convocação dos Secretários. Agradecer a todos os servidores, a todos os deputados.

O SR. ALAN QUEIROZ (*Por videoconferência*) – Quais são os Secretários que foram convocados, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Secretário da Sejus e a Fease.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Fease e Sejus, só.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – Fease; Senhor Jailson Viana, Secretário Adjunto do Estado de Planejamento e Orçamento e Gestão – Sepog; e Marcus Rito.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Não, Sepog o Deputado Jair Montes pediu para liberar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sepog não veio.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Não. Eu pedi Sepog e Sefin para liberar.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Liberou.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então está o Marcus Rito e o Antônio Francisco. Eu vou passar a presidência para o nobre Deputado Jair Montes, para a condução dos trabalhos.
(Às 18 horas e 53 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputados, por favor, não me deixem só. Eu vou pedir para o Deputado Chiquinho, que já está em pé. Deputado Chiquinho, conduza os dois Secretários — um é Secretário e o outro acho que é Presidente.

Então, eu agradeço aos deputados que continuam conosco, tanto on-line quanto aos que estão presentes. A hora é bem avançada já, mas nós vamos tentar ser bem breves e bem práticos também para que possamos alcançar o nosso objetivo, que é o esclarecimento de ambas as pastas no que diz respeito à condução dos seus trabalhos nas suas Secretarias.

Eu concedo a palavra, aqui, à Fease, ao Excelentíssimo Senhor Antônio Francisco, Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - Fease.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Boa tarde. Cumprimentar aqui o Presidente em exercício, aos nobres Deputados. Dizer da nossa alegria e satisfação em poder estar nesta Casa falando um pouco das ações do Sistema Socioeducativo do Estado de Rondônia, que tem trabalhado na perspectiva de trazer àqueles adolescentes uma ressocialização ou até mesmo uma socialização com projetos voltados para a educação dos mesmos, para a profissionalização dos adolescentes, para o esporte, a cultura, o lazer. Bem como também para os agentes que lá trabalham, condições dignas para que possam desenvolver as suas funções e os seus trabalhos dentro da área da perspectiva de um ambiente seguro, com monitoramento através de câmeras, e outras atividades que temos desenvolvido como cursos de capacitação continuada, a fim de trazer um olhar mais humano e digno tanto para os servidores como os adolescentes. E estou à disposição, Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Marcus Castelo Rito, Secretário de Estado da Sejus.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Muito boa noite a todos e todas presentes ou os que nos acompanham on-line. Cumprimentar todos, o Presidente em exercício, pelo Secretário Jair Montes.

E, mais uma vez, me faço presente aqui à Casa para prestar os esclarecimentos que forem necessários, solicitados.

A Secretaria de Justiça continua tocando o seu trabalho com uma gestão tranquila, e preocupado não só com a harmônica integração social do preso, mas com um funcionamento mais fluído do sistema, e principalmente a valorização e organização do sistema e valorização do servidor

penitenciário, não só os policiais penais, mas como todos os que trabalham no Sistema Penitenciário do Estado.

E, mais uma vez, é um prazer estar aqui na Casa de Leis para esclarecer o que for necessário.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Senhores Deputados, tem algum deputado que gostaria de se inscrever, fazer alguma pergunta?

É até importante o senhor, Deputado Saulo, porque foi o único deputado de Ariquemes que ficou na Sessão. Ariquemes tem uma situação muito complicada na questão de presídios. O senhor não quer fazer alguma pergunta para comentar a questão?

O SR. SAULO MOREIRA - Eu quero me inscrever.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Sim, senhor. Eu vou inscrever aqui o Deputado.

Enquanto o Deputado Saulo vai pensando aí, eu vou já passar a palavra ao Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Senhor Secretário, o que está acontecendo ali em Ariquemes para tanta fuga ali naquele presídio? É um presídio novo, não é? O que está acontecendo de fato ali?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Boa noite, Deputado. Bem, a situação de Ariquemes, inclusive é uma situação que nós já discutimos aqui algumas vezes, não só no plenário, mas também na Comissão de Segurança Pública, e é uma junção de fatores. Não só a unidade, muito embora seja uma unidade nova, inaugurada em 2017, ou seja, tem 4 anos, é uma unidade que, quando inaugurada, não foi entregue nos devidos padrões de qualidade que era esperado. De lá para cá, a Secretaria de Justiça, em gestões anteriores à minha e durante a minha gestão também, vem envidando esforços para recuperar a estrutura. Hoje a estrutura da unidade é muito superior à de quando foi entregue. Foram criadas novas barreiras de contenção, gaiolas por fora das celas e outras questões de contenção com alambrado, concertina, circuito de câmera, inclusive circuito de sistemas de alerta, de sirene quando há alguma emergência. Hoje, a unidade, apesar das fugas que nós tivemos até pouco tempo, hoje a unidade se encontra em intervenção pelo Grupo de Operações Especiais, Grupo de Atividades Penitenciárias Especiais da Sejus, e, hoje, se encontra uma unidade “procedimentada” e totalmente pacificada.

É bom nós destacarmos inclusive que, na data de ontem, chegaram dois servidores do Departamento Penitenciário Nacional, solicitado pela Secretaria de Justiça, que estão fazendo um mapeamento da unidade, não só de Ariquemes, como também de Jaru, e vão fazer uma Nota Técnica para a Secretaria de Justiça, orientando quais seriam as possibilidades e possíveis melhorias, não só estruturais, mas também procedimentais. Apesar de o Grupo de Ações Penitenciárias Especiais da Sejus ser um grupo reconhecido pela sua capacidade o:— e isso ninguém aqui coloca em dúvida, a capacidade dos servidores penitenciários do Estado, em específico do Gape (Grupo de Ações Penitenciárias Especiais)

—, mas nós temos que estar sempre aprendendo. Nós temos uma capacitação este ano, no ano seguinte nós já temos novas técnicas. Então, tudo isso tem sido o objeto dessa visita do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) a Ariquemes, e será também a Jaru.

Então, é uma unidade que nos traz essa preocupação. É uma unidade também que foi objeto, inclusive, de nossa visita ao Estado de Tocantins — em discussão com o Deputado Ismael Crispin, o Deputado Jhony Paixão, o Presidente Alex Redano e o Deputado Anderson também —, para que nós também pudéssemos estudar outras possibilidades, inclusive de alteração de gestão da unidade e em outros estabelecimentos penais do Estado.

Então, hoje, a unidade está “procedimentada”, pacificada, mas sob intervenção. Estamos aguardando a Nota Técnica do Governo Federal, que vai nos auxiliar nessas possíveis melhorias, e seguindo cada vez mais para a melhoria, principalmente de procedimentos.

A Corregedoria da Sejus atua fortemente nas unidades, em específico em Ariquemes também, para que possam esclarecer todos os eventos de fuga. O procedimento, hoje, na Sejus é que quando há fuga em qualquer estabelecimento penal ou tentativa, a Coordenação Geral do Sistema, assim como a Corregedoria e a Inteligência são acionadas de imediato para que tudo possa ter esclarecido o quanto antes.

Então, tirando essa questão de Ariquemes em específico, que vem sendo sido tratada — entendo que a contento pela Sejus —, as coisas têm seguido tranquilas.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Satisfeito.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Já fez a pergunta. Mais algum deputado gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário da Sejus ou ao da Fease?

O SR. JHONY PAIXÃO – Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta para o Secretário da Sejus.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Deputado Luizinho quer fazer pergunta, Presidente Jair.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu vou conceder a palavra depois, logo após o Deputado Jhony.

O SR. JHONY PAIXÃO – Posso deixar. Deixa o líder fazer primeiro, enquanto eu fico aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Ao Secretário da Sejus. O senhor está residindo em Rondônia ou no Distrito Federal?

(Às 19 horas e 02 minutos, o Senhor Jair Montes passa a presidência ao Senhor Chiquinho da Emater)

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Deputado Luizinho, por favor, repita a pergunta, que não deu para entender.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – Se ele reside no Estado de Rondônia ou no Distrito Federal.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Está falando, Deputado Luizinho. Veja se consegue melhorar aí.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – A minha pergunta é ao Secretário: se hoje ele reside, se a sua residência hoje é no Estado de Rondônia ou em outro Estado brasileiro.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Boa noite, Deputado. Com certeza, no Estado de Rondônia. Se eu não residisse no Estado de Rondônia eu não conseguiria cumprir minhas agendas oficiais aqui no Estado. Só isso?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Esclarecido, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – **(falha na transmissão do áudio)** ...em Brasília?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Se o senhor tem alguma residência em Brasília ainda.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim. Eu possuo residência própria em Brasília, claro. Eu vim para o Estado de Rondônia para...

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – Tendo a função de Secretário aqui no Estado, se o senhor tem ido continuamente a Brasília?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Se o senhor tem ido constantemente à Brasília.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, sim. Deputado, não tanto quanto eu gostaria, afinal de contas eu tenho carga horária a cumprir aqui. 2679 Muito embora Secretário de Estado não bata ponto ou tenha ponto eletrônico a esse respeito, as minhas agendas não me permitem estar em Brasília ou fora do Estado, em qualquer Estado que seja, que não seja no Estado de Rondônia. Se nós analisarmos a agenda da Secretaria, que pode ser solicitada, inclusive a agenda do Secretário de Estado é uma agenda pública, o senhor vai ver que é muito difícil que eu me ausente do Estado de Rondônia que não seja a serviço ou a trabalho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – Eu estou solicitando um Requerimento à Mesa Diretora, que submeta à Secretaria de Justiça, para que o Secretário oficialize todas as viagens que ele fez para fora do Estado, oficial e extraoficial, desde 1º de janeiro de 2021 até a presente data.

(Às 19 horas e 05 minutos, o Senhor Chiquinho da Emater passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O Deputado Luizinho Goebel, então, solicita que faça já o pedido ao Governo do Estado, à Sejus, de todas as diárias feitas pelo Secretário da Sejus, é isso, Deputado? As oficiais e as extraoficiais.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – **(falha na transmissão do áudio)** ...No período de 1 de janeiro de 2021 até a presente data.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 1 de janeiro de 2021 até a presente data.

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – **(falha na transmissão do áudio)** ...oficiais e extraoficiais.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Está ok? Só isso Deputado Luizinho?

O SR. LUIZINHO GOEBEL *(Por videoconferência)* – Terceira pergunta, Presidente. Eu gostaria de saber do Secretário, ele tem falado de ressociação. Eu gostaria de saber do Secretário, para ele pontuar para mim algumas... **(falha na transmissão do áudio)** que ele implantou, de políticas públicas do governo, dentro da sua gestão na questão da ressociação.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Ele quer saber se — o senhor fala muito em ressociação —, ele quer saber quais foram as políticas de ressociação que o senhor implantou dentro do Sistema Prisional.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, Deputado, então vamos seguindo. É importante trazer que a Sejus não só tem políticas de ressociação atuais como outras que vêm sendo mantidas na gestão atual. Políticas de ressociação dentro do sistema, políticas públicas dentro do sistema são políticas cíclicas e devem ser mantidas, principalmente se estão dando certo. Hoje, e digo hoje não, desde o ano passado, quando do início da gestão, houve um incremento significativo no número de parcerias e de empresas trabalhando no Estado. São dados que eu posso encaminhar depois, não tem problema algum. Hoje, a Secretaria de Justiça possui 42 Termos de Cooperação com instituições dentro do Estado, instituições das mais diversas, para quase 1.600 vagas de trabalho de pessoas em cumprimento de pena no Estado. Fora isso, são mantidas dentro do sistema, aproximadamente 3 mil pessoas trabalhando em 38 unidades do sistema também. Se nós pararmos para analisar, um pouco mais de 3 mil, com mais 1500 vagas, são praticamente 4.500 vagas, 4.600 vagas de serviço, de emprego para pessoas em cumprimento de pena no Estado de Rondônia. Isso só no âmbito de apoio a trabalho, fora as ações de capacitação profissional e de ensino.

Aprovamos na semana passada o Plano Estadual de Educação para Pessoa Privada de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional de Rondônia. Um plano assinado em conjunto da Sejus com a Seduc, que assinamos eu e o Secretário de

Estado Suamy para, justamente, ampliar o número de oferecimento de atividades escolares dentro do sistema. Temos hoje 888, se não me falha a memória, posso estar errando por um pouquinho, 888 vagas de capacitação profissional junto ao IDEP – Instituto de Desenvolvimento Profissional, da Seduc também, no Governo do Estado. Fora as ações de distribuição de mais de 10 mil livros dentro do Sistema Penitenciário para montar bibliotecas e outras. Como a possibilidade de inauguração da fábrica que, inclusive, o Deputado Jhony Paixão conversa muito comigo sobre a fábrica de artefatos de concreto em Ji-Paraná, que nós temos que fazê-la funcionar; a fábrica de artefatos de concreto em Guajará-Mirim, que está em construção também; a fábrica de artefatos de concreto em Buritituba. E a questão da fábrica de costura em Ji-Paraná, que a Sejus, junto com Ji-Paraná e outras unidades, produziram mais de 50 mil máscaras na pandemia, para distribuição nas instituições de caridade, com utilização de mão de obra carcerária. Que eu me lembre agora são essas, mas com certeza temos outras atividades ainda, que estão por vir e inaugurar, como por exemplo: estamos reformando o prédio para inaugurar a Central de Alternativas Penais; estamos com projeto para inaugurar a Central de Monitoração Eletrônica e ainda, para reforçar a fiscalização dentro do próprio Sistema Penitenciário; a nova Sede do Conselho Penitenciário do Estado, que nunca teve uma sede e que nós estamos em reforma de uma unidade na capital para que o Conselho Penitenciário também participe.

Posso enumerar outras aqui. Não me lembro agora no momento, mas posso enumerá-las. E, lembrando ainda, Deputado, se não me engano o Cone Sul também...

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Presidente...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – A sua internet está falhando, a sua voz na internet, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – **(falha na transmissão do áudio)** ...Como o senhor avalia a sua gestão?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Repete de novo. Como ele avalia a gestão dele? É isso?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Como o senhor avalia a sua gestão?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, como o senhor avalia a sua gestão frente à Secretaria da Sejus?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ok. Deputado, eu avalio a gestão com extremamente produtiva e profícua. Se nós pararmos para analisar que, historicamente, a Secretaria de Justiça tinha viaturas antigas, nós já entregamos mais de 80 novas viaturas para o s: Sistema Prisional; levando em consideração que nós estamos numa aquisição, recebemos, acabamos de receber 240 novas carabinas; receberemos até novembro, com o auxílio da Emenda Parlamentar do Deputado Anderson, mas também com recursos da Sejus, 800 pistolas e mais 45 fuzis; ainda temos para inaugurar, como eu falei, o prédio do Copen (Conselho

Penitenciário), prédio de Alternativas Penais, prédio de Monitoração Eletrônica, que estão em andamento, o prédio do novo Almoxarifado da Sejus; o encaminhamento da minuta de regulamentação da Polícia Penal para a Assembleia Legislativa, que é um marco para a história da Secretaria de Justiça e um marco para o Estado. Bem como a assinatura do termo de contrato com o Instituto Veredas, que vai entregar uma série de produtos de gestão da Secretaria, inclusive o PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração) da carreira, dentre outras atividades que são, historicamente, inéditas no âmbito do Estado, no âmbito da Secretaria de Justiça, como a maior aquisição de equipamentos não letais, de tecnologias não letais, para o Estado. Eu consigo dizer tranquilamente que a minha gestão é muito boa. Pode melhorar, é verdade, mas ela é muito boa.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Bem modesto, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Secretário, a última... **(falha na transmissão do áudio)** se, por exemplo, tivesse um recurso a sua disposição, uma boa sugestão, um recurso à disposição para o senhor firmar uma parceria, o senhor acata a parceria ou dispensaria?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, se nós tivermos um recurso e uma proposta, com certeza nós tocaríamos a parceria. É possível, Deputado — inclusive não sei se o senhor se recorda —, eu conversei com a assessoria do senhor sobre o projeto no Cone Sul, para conversarmos sobre essa parceria, inclusive com o prefeito, o juiz de lá também deve estar ciente. E, inclusive, acho que esta semana, a minha chefia de gabinete entrou em contato com a assessoria do senhor para conversarmos e marcarmos uma agenda em comum, em Vilhena. Mas parece que a semana que vem o senhor estará em Porto Velho e não em Vilhena. Mas se for sobre esta proposta, já iniciamos a conversa com a assessoria do senhor, se for sobre alguma outra ou uma pergunta realmente generalista, com certeza, as parcerias são importantíssimas para o Sistema Prisional.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – (...) a proposta que antecipava 80% do valor da(...) para ser executada em Vilhena, no ano de 2020, o senhor não teve iniciativa. Este ano de 2021 correu o ano inteiro, o senhor não teve iniciativa. Então eu não reconheço essa questão como(...) mais de 14 anos e de todas as gestões, acho a sua a mais ineficiente. Mas como o senhor disse(...) para melhorar e tem possibilidade de(...). **(As reticências utilizadas referem-se às falhas na transmissão do áudio).**

Então, encerro aí Presidente, isso não é nem pergunta, esta encerrada até a resposta. E aí eu quero fazer pergunta só para o Secretário da Fease.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode já fazer, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ALEX REDANO – Quero me inscrever também, Deputado Jair Montes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Para o Secretário da Fease eu queria fazer uma pergunta, que é o seguinte: há vários comentários que nós recebemos de várias pessoas, principalmente de servidores efetivos do quadro, dos servidores de ressocialização da Fease, e o senhor tem diversas vezes afirmado que o senhor está lá não por uma questão política(...) de amizade pessoal com quem pode lhe colocar lá, e ao mesmo tempo o senhor(...) meio político, sendo que a Secretaria é independente da questão política, da participação, inclusive parlamentar, que o senhor inclusive proíbe em alguns momentos de servidores da Secretaria levar demandas, principalmente dos parlamentares, que de fato são, genuinamente, os representantes do povo. Procede isso, Secretário? Agora, eu quero que o senhor(...) pode ter uma acareação para o senhor tratar desse assunto. Então, eu gostaria que o senhor respondesse. **(As reticências utilizadas referem-se às falhas na transmissão do áudio).**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conseguiu entender, Fease?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Alguns pontos sim e outros, não. Mas, se o senhor puder reforçar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Ele quer saber, também não deu para entender muito bem, porque está falhando.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Entendi mais ou menos assim — Deputado Luizinho, se estiver me ouvindo —, eu entendi que ele fala que o responsável da Fease impede que os servidores cheguem a atender as demandas que são levadas para os deputados, meio que priva, persegue... Esse é o entendimento que eu tive do que falou o Deputado Luizinho.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Ainda mais quando se fala que é de político, de deputados, aí é pior ainda, foi o que ele quis falar.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Boa noite, Deputado Luizinho Goebel. Não procede a informação da minha parte. Eu desconheço essa informação. Para mim tudo isso é muito novo, até porque nós sempre buscamos a base do diálogo para chegar a um entendimento. Sempre estive em visita em unidade aqui em Porto Velho, conversando com servidores, esclarecendo todos os pontos que foram questionados e em nenhum momento coloco como imposição de que o meu cargo é independente, porque nós entendemos que a política social é feita também com os representantes do povo, tanto o Legislativo, como o Executivo, não dá para viver em uma ilha. Eu tenho o entendimento disso. E nós sempre temos buscado o diálogo com todos os que tem procurado, tanto os servidores da carreira, como fora, parceiros também, como a Universidade Católica, a Acuda (Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso), e outros parceiros que têm contribuído com a medida socioeducativa, a fim de fortalecer. Mas eu desconheço, e me coloco à disposição para eventuais situações que venham confrontar contra isso, porque para mim,

realmente, é novo. E falo de público: eu entendo que somos uma corrente de pessoas que precisam, porque a legislação mesma fala isso, que é de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a medida socioeducativa. Não dá para viver em uma ilha. Somos todos parceiros em busca do mesmo ideal. a:

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel, o senhor tem alguma pergunta para ser feita ainda? Deixando bem claro que o Deputado Luizinho Goebel é líder do governo nesta Casa, e não está muito satisfeito com você não. Eu já fiquei preocupado. Deputado Jhony, vai ficar? Vai preparando aí.

Com a palavra o Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Boa noite Deputado Jair Montes, que preside esta Sessão. Quero aqui cumprimentar o Dr. Marcus, o amigo da Fease — não me lembro do nome dele. Mas, a minha pergunta aqui vai para o Dr. Marcus Rito.

Nós sabemos, Doutor, que existe um recurso federal no Governo do Estado de Rondônia, na Secretaria de Justiça do Estado para que sejam construídos dois presídios aqui no Estado de Rondônia. E um desses presídios é para ser construído na nossa região, na região de Cacoal. E o senhor tem feito visitas, pegando exemplos de presídios em nível de Brasil. Existe alguma perspectiva de licitar esse presídio? Fazer, aqui, o projeto para a construção desse presídio na região de Cacoal, região do café? E se existe, onde seria esse presídio? Se já tem terreno, como está prospectado o projeto desse presídio na nossa região?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Boa noite, Deputado Cirone, prazer em revê-lo. Deputado, sim, é verdade que nós temos o recurso. O recurso originariamente não veio para essa finalidade. Ele veio em 2016 para outra finalidade e o Estado de Rondônia, à época, fez os processos de maneira correta no que cabe à legislação estadual, mas no que cabe ao entendimento do Governo Federal sobre método construtivo, o que foi licitado no Estado não poderia ter sido utilizado. O que foi licitado à época não poderia utilizar o recurso. Só que havia já a assinatura de um contrato com esse recurso. Entrando na gestão no ano passado, e ciente dessa situação, nós oficiamos ao Departamento Penitenciário Nacional, que é a origem dos recursos, Fundo Penitenciário Nacional, para entender como poderíamos resolver essa situação e desvincular esse recurso àquele contrato, aquele contrato que tinha um método construtivo que não era aprovado pelo Departamento. Essas tratativas demoraram um pouco além do que nós esperávamos. E não digo isso por culpa da Sejus e nem coloco a culpa no Departamento Penitenciário Nacional, mas nós estávamos no aguardo de uma Nota Técnica do Depen, que veio, se eu não me engano, agora, em maio, a esse respeito. E o processo está para a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia para fazer o distrato do contrato, que vinculava este tipo de recurso. Então, infelizmente, para essa tramitação toda demora muito e nisso não tem, digamos assim, culpa nem o Estado de Rondônia, nem o Governo Federal, mas é

uma tratativa que demora bastante. Agora sim encontra-se na PGE para fazer o distrato do contrato.

Havendo o distrato do contrato, nós conseguimos liberar o recurso que tinha sido empenhado e que estava em conta específica do contrato de repasse do Governo Federal. Com essa liberação, nós vamos poder abrir um outro processo licitatório para a unidade. Esse recurso na verdade vai ser para duas unidades. Nós estamos pensando em duas unidades, uma na região de Cacoal — o senhor está corretíssimo — e outra provavelmente aqui na capital. Na região de Cacoal seria uma unidade de aproximadamente 500 vagas, e aqui na capital uma unidade de aproximadamente 150 ou 200 vagas.

Então, se o senhor me perguntar em prazo, nós estamos aguardando o distrato do contrato para desvinculação do recurso. Então, provavelmente, a licitação só deverá iniciar no fim do ano ou no início do ano que vem.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Qual o valor?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Ok, Dr. Marcus. Desejo sucesso para o senhor. Realmente a burocracia para um distrato é muito maior do que para fazer um contrato. Mas que possamos, assim que tiver esse distrato, dar a celeridade necessária para que possamos atender nossos reeducandos, as pessoas que estão reclusas no Estado.

E, para encerrar a minha participação aqui, eu quero mais uma vez, juntamente com nossos 23 parlamentares, cobrar o PCCR dos policiais penais, que é uma demanda antiga desta Casa. Os policiais penais têm cobrado a Assembleia Legislativa que interceda junto ao governo esse PCCR deles. Então, solicito ao senhor a gentileza de enviar a esta Casa o mais breve possível, para que a Casa possa analisar e reconhecer a importância dos nossos policiais penais dentro do nosso Estado de Rondônia. Obrigado, Doutor. Sucesso na sua gestão.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Obrigado, Deputado. Sobre o PCCR, que inclusive foi um dos objetos da minha convocação, falarmos sobre o PCCR e a regulamentação da Polícia Penal. Regulamentação da Polícia Penal, acho que a Sejus agora é aguardar. Está nas mãos da Casa de Leis aqui essa Resolução e essa aprovação. Então, vamos aguardar e torcer para que seja o quanto antes. E a carreira, os profissionais da carreira da Polícia Penal, tenham essa regulamentação logo.

Sobre o PCCR não é gentileza alguma, Deputado, encaminhar. É minha obrigação enquanto Secretário de Justiça. E justamente por isso trago — da última vez que nós estivemos aqui e conversamos sobre PCCR, nós não tínhamos essa informação que vou lhe passar agora e não tínhamos esse andamento. De qualquer maneira, nós encaminhamos na semana passada um ofício para a Presidência da Casa já informando a assinatura do contrato — que nós temos dentro do Acordo de Cooperação com as Nações Unidas —, nós assinamos um contrato dia 31 de agosto com a empresa, com a consultoria que vai nos auxiliar a construir o PCCR.

Então, o PCCR já está contratado, já está em início de atuação dos produtos para o PCCR. Esse PCCR vai ser construído em conjunto com a Secretaria de Justiça, Secretaria de Planejamento e acredito também com a Secretaria de Finanças, para que a gente possa ter um PCCR exequível. Não tenhamos

um rm: “PCCR Frankenstein” para que na hora que nós precisarmos utilizar tenha que passar por uma série de reconstruções e por aí vai.

Então, é um compromisso da Secretaria de Justiça. Como eu falei, o PCCR já está contratado junto à consultoria. Então, tem alguns prazos a serem cumpridos. Encaminhamos um ofício para o Presidente Alex Redano sobre essa temática. Esperamos, assim que possível e assim que a consultoria termine essa análise, encaminharemos para a Casa Civil, para o governo e depois, prontamente, aqui para a Assembleia Legislativa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Sugiro, Dr. Marcus, o senhor falou aí dos órgãos governamentais que irão participar desse processo do PCCR. Mas é de suma importância que exista uma comissão dos nossos servidores, que são os policiais penais, participando também para discutir o PCCR deles. Então, é de suma importância que exista essa comissão participando e fazendo a demanda em relação ao PCCR. Obrigado, Presidente, Deputado Jair Montes. Obrigado, Dr. Marcus Rito. Sucesso aí.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Cirone. Deputado Jair. Só para...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode ir.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu perguntei para o Secretário qual o valor que tem em caixa desse convênio?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – O contrato de repasse hoje, com rendimento e aplicação financeira mínima do contrato de repasse previsto pela União, deve estar aproximadamente com R\$ 40 milhões.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito bem. Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO – Presidente, obrigado pela oportunidade. Na verdade eu fui até pego de surpresa. Tantas atribuições que eu acabei esquecendo que era hoje o dia da sabatina, da convocação do Secretário e fiquei sabendo agora há pouco. Então, as perguntas foram formuladas aqui mesmo, a próprio punho. A primeira delas — só ratificando a pergunta foi feita há aproximadamente 20, 30 dias na Comissão de Segurança Pública, acredito que ainda não chegaram informações daquele Requerimento — que é acerca de quando colocaremos a fábrica de artefatos de cimento dentro do Sistema Prisional em Ji-Paraná para funcionar, uma vez que a Emenda impositiva, de minha autoria, no valor de R\$ 1 milhão e 900 mil reais não foi executada. Virou Fonte 100, perdi o recurso, Ji-Paraná perde 12 quilômetros aproximadamente de pavimentação. E eu gostaria de saber...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Jhony, só 1 minutinho. O senhor encaminhou R\$ 1 milhão e 900 mil de Emenda Parlamentar para a Sejus?

O SR. JHONY PAIXÃO – Impositiva. Impositiva.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Para?

O SR. JHONY PAIXÃO - Não foi executada, perdi o recurso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Era para quê? Para quê?

O SR. JHONY PAIXÃO – Bloquetes, manilhas, meio-fio, recurso esse orçado aproximadamente para 12 quilômetros.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E não foi executado, virou Fonte 100.

O SR. JHONY PAIXÃO – O fato é que não sabemos. A Emenda perdeu-se, Deputado. O fato é esse. Ji-Paraná perdeu, naquele momento ali, 12 quilômetros de pavimentação, em modelo asfalto. Essa é uma pergunta.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Meu Deus!

O SR. ISMAEL CRISPIN – Deputado Jhony, Questão de Ordem, só para eu conseguir acompanhar o seu raciocínio.

O SR. JHONY PAIXÃO – Claro.

O SR. ISMAEL CRISPIN – O senhor fala que destinou recurso e perdeu. Esse recurso que o senhor fala que perdeu foi destinado para a Sejus?

O SR. JHONY PAIXÃO – Deputado Ismael, iniciamos as tratativas junto ao DER. E aí nós fizemos uma reunião entre o DER e a Sejus, e ficou ali definido que o melhor caminho seria encaminhar ali para a Sejus. O Secretário participou dessa reunião inclusive, nós encaminhamos não só R\$ 1 milhão e 900 mil, Deputado Ismael Crispin, vice-líder do governo, como nós encaminhamos também R\$ 59 mil para a reforma do setor administrativo do presídio Agenor Martins de Carvalho na mesma época.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Destinou para a Sejus.

O SR. JHONY PAIXÃO – Para a Sejus.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Tá.

O SR. JHONY PAIXÃO – Depois nós encaminhamos também R\$ 59 mil para a reforma do setor administrativo do presídio, ali, para reformar o ambiente prisional, onde os policiais penais hoje estão. Colocamos ali R\$ 15 mil para a aquisição de cadeiras, poltronas e mobília. Inclusive, nesse mesmo dia — o Secretário estava presente —, a pessoa a qual foi me representar, Deputado Ismael Crispin, recebeu a seguinte informação — está aqui, sem colocar vírgula, nem tirar: “a assessoria do Secretário afirmou que ele não receberia as Emendas sem antes ter falado com ele.”

Então, naquele momento, aí ele... Naquele dia, inclusive, o Secretário falou assim: “olha, houve um equívoco, Deputado. Nós vamos aceitar o recurso sim, e nós iniciaremos as atividades para esse próximo ano”, haja vista que ele solicitou recurso para o EPIs.

O fato é que esse recurso também, eu acredito, Deputado Ismael, se perdeu. A construção eu acredito que ainda não aconteceu. As cadeiras e poltronas pergunto se tem data para chegar: essa aí é a segunda pergunta.

A terceira pergunta...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Faça pergunta a pergunta, nós estamos aqui mesmo, ele vai responder.

O SR. JHONY PAIXÃO – Isso, terceira pergunta.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Não, já pode fazer a primeira, deixa ele responder. Aí depois faz a segunda, é melhor.

O SR. JHONY PAIXÃO – Ah, perfeito. Se o Secretário preferir...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – É melhor, porque já estamos só nós aqui, agora não tem muita gente mesmo... Nós temos até meia-noite liberado o plenário, então.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Então, vamos lá. Boa noite, Deputado Jhony. Eu acho bom só deixarmos bem claro a destinação da Emenda que o senhor encaminhou ao DER, que depois nós chegamos e conversamos com a Sejus juntamente. A Emenda Parlamentar que o senhor encaminhou para os bloquetes, manilhas e artefatos de concreto não foram para a construção da fábrica de artefatos de concreto.

O SR. JHONY PAIXÃO – Correto, foram insumos. Exato.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Esse é o primeiro ponto a ser destacado. Foram para os insumos para serem produzidos na fábrica de artefatos de concreto.

Então assim, nós ainda não tínhamos a fábrica de pé nem a fábrica construída quando recebemos a Emenda para os insumos. Houve um problema de atas de material de obra de construção civil, junto à Sejus, desde outubro do ano passado, e que nós só conseguimos resolver em março, abril deste ano, para a aquisição dos insumos. Então, a ata foi resolvida em março, abril. As empresas têm um período contratual para entregar, e no período de pandemia nós tivemos uma série de problemas de entrega de material de construção, não só para Ji-Paraná, como também para Guajará-Mirim, de Emenda do Deputado Dr. Neidson, por exemplo.

Então, é bem importante nós deixarmos bem claro. A Emenda é para insumos para utilização da fábrica, a fábrica sequer estava de pé. A Sejus está com atraso no levantamento da fábrica e fazê-la funcionar. Agora, seria impossível e inviável utilizar o recurso do senhor sem termos a fábrica de pé anteriormente. Acho, inclusive — ainda temos que lembrar —, que para que a fábrica possa produzir e utilize os artefatos de concreto também, como o senhor falou: “doze quilômetros

de calçamento” ou a quilometragem que venha a ser, também é necessário um Termo de Cooperação com a Prefeitura de Ji-Paraná, que até então, ano passado, ano eleitoral, não foi uma questão muito simples de ser resolvida, até porque a fábrica não estava funcionando ainda.

Então, nós tínhamos uma Emenda para insumos de uma fábrica que ainda não estava pronta, e que nós ainda precisaríamos fazer um Termo de Cooperação com a Prefeitura para utilizar. Eu não posso produzir bloquete e colocar bloquete na rua de Ji-Paraná sem eu ter um Termo de Cooperação com a Prefeitura.

Então, isso tudo realmente demorou muito tempo, principalmente os insumos de construção civil, que não só atrasaram para Ji-Paraná, como Guajará-Mirim, como todas as nossas reformas e construção.

Então, infelizmente a utilização do recurso não foi possível porque a fábrica não estava de pé, e não porque o recurso não foi utilizado para a produção conforme foi encaminhado.

O SR. JHONY PAIXÃO – Continuando. E aí eu quero então fazer outra pergunta em cima dessa pergunta. A fábrica se encontra de pé. Hoje ela se encontra de pé. Fico feliz que em março abriu a ata. Então, eu pressuponho que o recurso de R\$ 1 milhão e 900 mil o senhor possa utilizar em outro local. Então, a Sejus vai separar R\$ 1 milhão e 900 mil de insumos para a compra desse material? Minha pergunta.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, aí eu acho que essa pergunta talvez tenha que fazer — essa discussão que o senhor está fazendo — com a Casa Civil, de utilizar esse R\$ 1,9 milhões como Fonte 100, não é isso?

O SR. JHONY PAIXÃO – Secretário, no momento em que a sua Secretaria achou que seria inviável e não conseguiria executar o recurso para tal, devido a fábrica não estar de pé, eu acho que o mínimo que o parlamentar, representante do povo, merece é uma resposta: “Deputado, a sua Emenda não será executada por isso, isso e isso.” A fábrica já se encontra de pé, está inoperante e o Termo de Cooperação quem faz é o Secretário, não é o deputado. Então, se não foi feito foi porque o senhor não foi lá fazer, não fui eu. Agora, se me der a caneta e a responsabilidade, eu vou lá e faço. Porque eu cheguei aqui como deputado não foi colocando desculpas em algumas coisas que não aconteceram, foi fazendo.

Então, Secretário, esses dados de 12 quilômetros, aproximadamente, são os dados que são utilizados na fábrica de artefatos de cimento dentro do Sistema Prisional lá em Buritis. Então, se Buritis consegue fazer 12 quilômetros lá, também conseguiria, na época, fazer 12 quilômetros.

Então, estamos aguardando essa informação ainda, que foi da sua Secretaria, quando colocaremos essa fábrica para ativar. Minha assessoria esteve lá hoje na sua pasta, teve a informação de que vocês não vão comprar os insumos.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Quem foi que falou? **(fora do microfone).**

O SR. JHONY PAIXÃO – Não vou revelar porque não foi no papel, foi de boca. Então, eu estou só aguardando a resposta da sua pasta, da sua Secretaria, pela Comissão de Segurança Pública.

Indo para a outra pergunta.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – O senhor poderia informar quem deu a informação de que nós não compraríamos?

O SR. JHONY PAIXÃO – Eu posso ligar para o assessor que esteve hoje lá. Disse que a informação é que não vai ter, não vai conseguir.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu agradeço.

O SR. JHONY PAIXÃO – A outra pergunta é sobre a reforma do alojamento dos policiais penais em Ji-Paraná, para a qual nós colocamos R\$ 59 mil, se tem data, se vai acontecer. A questão das poltronas e mobília também, que nós tínhamos colocado recurso e o senhor poderia ter tirado o recurso na hora, mas o senhor falou: “não, deixa o recurso aqui que eu vou utilizar para compra de EPI e no ano que vem a gente coloca em mobília para a Polícia Penal ali no município de Ji-Paraná, reforma nos alojamentos.” E aí fica a pergunta, uma delas é essa também: se tem prazo para iniciar a obra, essas poltronas ainda vão chegar, qual resposta que eu posso dar para os policiais penais do município de Ji-Paraná.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado, eu tenho que ser sincero com o senhor. Eu não me recordo do prazo específico da questão de Ji-Paraná, do administrativo. Eu vou ter que fazer consulta a minha assessoria para ter essa resposta.

Então, o senhor encaminhou um Requerimento, se puder, eu posso responder junto com o Requerimento anterior sobre essa Emenda também. Mas, confesso que agora, no momento, eu não sei lhe dizer em que pé está a contratação. É uma série de contratos e eu não sei, não consigo lhe dizer agora, no momento.

O SR. JHONY PAIXÃO – Perfeito. Só um adendo. O senhor não se recorda de como está o andamento do processo, mas o senhor se recorda do fato? Da Emenda para a reforma e as mobílias para os policiais penais.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, lembro. Claro.

O SR. JHONY PAIXÃO – Perfeito. Então eu vou só realçar meu pedido pela Comissão mesmo.

Outra pergunta. A relação, eu acredito que o senhor respondeu, a relação nominal dos educandos que desenvolvem atividades laborais ali. Já foi encaminhado pela Comissão de Segurança. Isso, a Comissão de Segurança Pública já fez.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu recebi o ofício agora, quando estava aqui no aguardo. De qualquer jeito, antes de receber o ofício — eu não sabia nem que viria esse ofício —, eu encaminhei ontem um ofício a esta Casa, para o Presidente Alex Redano, dizendo o quantitativo, em quantas unidades e quantas vagas nós temos

por parceria. Não encaminhei a questão de relação. Até pergunto ao senhor se realmente a relação nominal é algo interessante, porque eu tenho uma série de questões...

O SR. ISMAEL CRISPIN – Secretário, não é nominal, é em número e quantitativo. Percentual e quantitativo.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – E por unidade.

O SR. JHONY PAIXÃO – Por unidade.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Tudo bem, a gente encaminha sem problema nenhum. Eu recebi agora o ofício. Então, eu acredito que até amanhã no fim do dia a gente possa encaminhar, no mais tardar depois de amanhã.

O SR. JHONY PAIXÃO – Perfeito. A outra pergunta: qual a parceria da Sejus — como o senhor falou da fábrica de costura dentro do Sistema Prisional em Ji-Paraná —, qual é a contribuição que a Sejus deu para o início das atividades dentro da fábrica em Ji-Paraná? Qual foi a contrapartida que a Sejus deu para que as atividades iniciassem?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Para o início, Deputado?

O SR. JHONY PAIXÃO – Isso. Início das atividades ali dentro da fábrica de costura.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Confesso mais uma vez que eu tenho que procurar a minha assessoria, porque quando eu entrei na gestão a fábrica já estava funcionando. Então, quando ela começou a funcionar eu não sei qual foi o aporte financeiro da Sejus. Ou se foi aporte de contrapartida de material ou de equipamento ou de adequação da infraestrutura. Confesso que não sei lhe responder isso no momento.

O SR. JHONY PAIXÃO – Pois é. Então, eu sei e vou lhe responder. A Sejus ali deu nada. A fábrica funciona porque a Dra. Eiko, promotora, enfiou a mão no bolso, colocou as máquinas para funcionar, comprou R\$ 5 mil de TNT e elástico e começou a fazer as máscaras. E aí as coisas aconteceram. Eu digo isso, Secretário, porque nós temos que trabalhar em conjunto, porque hoje a Dra. Eiko, promotora e o Dr. Fantini, 90% das obras que estão acontecendo no entorno, são eles. Inclusive o esgotamento sanitário ali foi todo do Dr. Fantini. E ele é uma pessoa que tem carregado essas obras praticamente em seus ombros, e eu acho que o Estado, através dos nossos recursos, a Emenda Parlamentar, tiraria grandes esforços dos ombros dele. Afinal, a fábrica está pronta, o barracão está pronto. Me entristeceu muito quando eu fui em Tocantins — e eu até comentava com o Deputado Ismael —, a estrutura que nós temos dentro do Sistema Prisional, hoje, em Ji-Paraná, é muito, mas é muito superior à estrutura que tem em Tocantins. Enquanto eles lá estão trabalhando de uma forma braçal, por assim dizer, nós temos ali máquinas, de uma forma

automatizada, que poderiam estar fazendo bloquetes, manilhas, meio-fio, de forma aí, em larga escala, fazendo delegacias, fazendo escolas, fazendo postos de saúde, entre outras atividades.

Então assim, Secretário, finalizo na seguinte tratativa, Presidente, nós temos uma PEC 010.

A PEC 010, Deputado Jair Montes, diz o seguinte, na Sessão IV, Art. 32. § 8º, "o Deputado, no exercício de seu mandato, terá livre acesso às repartições públicas, podendo diligenciar pessoalmente nos órgãos e nas entidades da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, sujeitando os respectivos responsáveis, na hipótese de recusa ou omissão, às sanções civis, administrativas e penais previstas em lei."

A nossa equipe foi até o estabelecimento prisional para saber como estava a nossa fábrica, que é uma Emenda nossa, que nós executamos e, por várias vezes, não deixaram entrar. Eu acabei de fazer, no meu gabinete, um documento formalizando, vamos entregar amanhã. Só informando ao senhor que sexta-feira eu estarei lá, como parlamentar, fiscalizando a execução da obra, para a qual eu coloquei recursos, e não admitirei levar porta na cara. Eu vou entrar, vou fiscalizar, vou registrar, até mesmo porque é medida administrativa, lisura.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Deputado Jhony...

O SR. JHONY PAIXÃO – Pois bem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu, quando fui vereador em Porto Velho, a primeira coisa que eu fiz foi o encaminhamento à Secretaria — naquele momento era a Semtran (Secretaria Municipal de Trânsito) —, pedi toda a documentação da Secretaria, que encaminhasse para o meu gabinete para a fiscalização. E aí tem o tempo regimental. Não foi cumprido, peguei a minha equipe e fiz uma busca e apreensão na Secretaria, com o apoio da Polícia — que eu pedi à Polícia Militar que me acompanhasse —, e fiz a busca e apreensão na Secretaria.

Então, é prerrogativa do parlamentar, desde que não seja atendido, ele tem esta prerrogativa de fazer, porque é obrigação da Secretaria atender ao pedido parlamentar, desde que feito nos moldes regimentais da Casa.

Então, eu aconselho que o senhor faça pelos moldes regimentais da Casa, o pedido daquilo que o senhor queira fazer, porque o nosso maior papel como legislador é fiscalizar, e ninguém pode abrir mão disso não. Então, o senhor pode sim, com certeza. Mas eu tenho certeza que não vai chegar a esse ponto, que o Secretário e a sua equipe não são tão leigos assim em proibir um parlamentar e sua equipe de adentrar, pelo menos onde pode, no Sistema, para poder fazer a fiscalização.

O SR. JHONY PAIXÃO – Mesmo porque, Deputado, nós estamos fiscalizando uma Emenda Parlamentar, um recurso que é do povo, um recurso público que ali foi colocado.

Secretário, aguardo informações sobre o Requerimento que foi feito pela Comissão, porque no Município de Ji-Paraná, região central do Estado, nós somos mais de 150 mil habitantes,

12 quilômetros de pavimentação vai nos trazer um bem enorme para a saúde pública, porque em uma rua pavimentada não tem chikungunya, não tem zika vírus, não tem leptospirose, não tem poeira na época da seca. E esse recurso foi alocado, não é algo que solicitei, de repente, o remanejamento da sua Secretaria, ou até mesmo ali da Casa Civil. Foi um recurso do povo, com Emenda impositiva, que lá foi colocado. Se nós tínhamos essas intempéries, como Vossa Excelência acabou de dizer, "Deputado, esse recurso não pode ser executado aqui, essa Secretaria não consegue executar esse recurso. Eu mandei cruzar a bola e quando eu matei no peito eu percebi que a Secretaria não vai conseguir executar.". O fato é que nós não fomos notificados, coloquei o recurso na sua Secretaria acreditando no seu trabalho, acreditando no seu potencial. E o Estado de Rondônia, em específico Ji-Paraná, não pode ser penalizado, de repente, por uma falta de comunicação — não vou dizer falta de gestão, porque eu não conheço bem as pessoas que estavam à frente —, mas o fato é que a população de Ji-Paraná não pode perder entre 10 e 12 quilômetros de pavimentação por uma falta de comunicação da Secretaria com o nosso gabinete.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ok, Deputado. E sobre o Requerimento, aguardo o Requerimento de Vossa Excelência sobre a questão da entrada na unidade de Ji-Paraná. A Sejus esclarecerá o motivo pelo qual — a assessoria do senhor não foi impedida de entrar —, a assessoria do senhor foi impedida de entrar com determinado equipamento e justificada as questões de segurança por causa do momento em que estavam ocorrendo as questões. Mas eu prefiro trazer para o senhor por escrito para que o senhor também tenha isso por escrito e não fique nada de boca ou nada apenas aqui no plenário. Escrevo sem problemas para o senhor, dizendo qual foi a situação e o que aconteceu.

O SR. JHONY PAIXÃO – Não, perfeito. Tranquilo. E, assim, só deixando claro, Deputado Jair Montes, o equipamento era uma câmera fotográfica. Então, assim, ele não tinha como tirar foto. Resumindo, eu não preciso mais ter um parlamentar, para que você tem parlamentar? Para que você tem assessor lá em Vilhena, Deputado, se para ir ver se a sua obra está andando, você tem que ir lá presenciar? Ele está lá me representando, naquele momento, ele precisa tirar foto, falar: "Deputado, olha como que está.". Então, se ele não pode entrar com uma câmera dentro de um local para tirar uma foto, registrar e mandar para você, Deputado Jair Montes, então, você não precisa ter essas pessoas, esses assessores em outros municípios. Então, é você, Deputado Chiquinho, que tem que ir lá e visualizar. Você tem que acompanhar. Então, você não precisa mais do assessor. O assessor, ali, Secretário, nos representa, tanto para coisa boa, como coisa ruim, ele nos representa.

Então, quando eu mandei lá, que era um chefe de gabinete de Ji-Paraná, uma pessoa honrada, inclusive um pastor, foi para que nós possamos dar continuidade no trabalho e levar o nome de Ji-Paraná adiante, dar dignidade para aquela população. Mas eu não estava, mas, sexta-feira, eu estou indo. Eu sei até onde o Regimento Interno me condiz ir. Eu vou utilizar o Regimento Interno e eu acredito que, com certeza, serei muito

bem recebido, porque lá só tenho amigos. E eu não estarei infringindo lei alguma. Espero não chegar ao extremo como o Deputado Jair Montes fez e falou. Mas eu agradeço e aguardo as informações do Requerimento que fizemos na Comissão.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Obrigado, Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Mais alguém? Deputado Crispin? Não, então eu vou lá para encerrar.

Secretário, eu vou fazer um bate-bola contigo, bem rápido, para a gente ser bem sucinto, que eu fiz na sua convocação. E eu quero que você entenda que existe o convite e existe a convocação. Quando um Secretário é convocado, ele não está a contento do Parlamento, apesar de o senhor falar que o senhor se considera um bom Secretário e está dando conta da pasta, e acha que está bem. No meu caso, eu acho que o senhor não está bem. Me perdoe falar isso, acho que o senhor não está bem.

Mas, eu logo vou fazer, rapidão, para o senhor Antônio Francisco, da Fease: como está o Plano de Cargo, Carreira e Salários do Socioeducativo? Em que pé está?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – O Plano está todo minutado, com os impactos, inclusive tutoriais do Iperon, na MENP (Mesa Estadual de Negociação Permanente), aguardando deliberação desde fevereiro de 2020.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 2020? E por que não anda?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Daí é deliberação da MENP.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O que o senhor tem feito como coordenador, Presidente da Fundação? O que o senhor tem feito nessa cobrança?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Na cobrança, nós temos enviado, inclusive documentos, conversado em reunião com o Secretário Júnior, da Casa Civil, Dra. Helen também, a todos de competência temos solicitado, tanto através de ofício, como em pessoa.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E as respostas são o quê? Porque dá para entender o seguinte: hoje nós íamos votar — eu pedi vista, deu uma confusão danada aqui com o Deputado Anderson que, além de ser deputado é policial penal, vai ser policial penal, com a nova regulamentação e o Secretário esteve aqui e depois eu vou entrar nessa questão com ele — e o policial penal não podia ganhar os R\$ 300,00 da Covid, porque não fazia parte da Segurança Pública.

Então, essa classe de policial penal e socioeducativos são discriminados dentro do Estado de Rondônia. Porque, desde de 2020, nós fizemos aqui o realinhamento da Polícia Civil e Polícia Militar, que a partir de 2022, a partir de janeiro, começarão a ganhar o seu reajuste, o seu realinhamento. E nós temos o Socioeducativo, que desde 2020, está na MENP — não sei se já voltou ou não voltou ainda — e não consegue

deliberar, uma classe pequena que ganha mal, alguma coisa está errada.

Então, assim, qual é a resposta que o Secretário Júnior Gonçalves, Chefe da Casa Civil, e a Dra. Helen tem passado para o senhor, como Presidente, para passar para a categoria?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Que todas as partes da minuta estão prontas e com impacto. Falta apenas a questão orçamentária e financeira ser ajustada, que é Sepog, e a Sefin, inclusive foi chamada aqui, pelo convite do senhor. Então, essa parte financeira, orçamentária eu não tenho como responder, porque é um orçamento do Estado.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presidente, posso falar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode falar.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Só para contribuir. Senhor Antônio, Presidente, essa informação da Sepog e da Sefin, porque, assim, a gente sabe, a administração é complicada e toda vez que a gente vai falar de Plano de Carreira, de aumento de salário, há sempre a parte administrativa que vai falar “olha, eu tenho que fazer investimento, eu tenho isso, tenho aquilo...”. Essa situação toda.

Então, assim, para a gente não ficar enganando o nosso servidor, empurrando ele com a barriga, porque, na verdade, nós estamos sendo assistidos agora. A Assembleia está transmitindo esta Sessão aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Por uma gama gigante de servidores públicos dessas áreas.

O SR. ISMAEL CRISPIN – E os servidores da Fease estão acompanhando o senhor, estão vendo a sua fala. E é muito ruim o que a gente está vendo aqui, porque, assim, nós precisamos de um posicionamento. O que é verdade? A MENP é uma máquina de ficar mentindo. O senhor disse que o Plano está lá na MENP desde quando?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 2020.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Perfeito, 2020.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Pronto, então vamos lá. É ou não é uma engenhoca para poder mentir, para poder enrolar? E a gente tem que parar com isso. Nós somos governo, nós temos que ter decisão. Eu não posso ficar... É simples: “isso aqui não dá para fazer” e bate o martelo. “Não dá para fazer”, “quando a gente puder, a gente vai fazer”. Agora, a MENP, a MENP, a MENP... A MENP nem se reúne. Essa também é uma verdade. A MENP nem se reúne. Por quê? Porque ela não tem interesse em tratar desse tema.

E aí, sinto muito, mas a responsabilidade é do senhor, apesar de ter sido nomeado pelo Governador. Lógico, com todo respeito. O Governador te nomeou, achou que tinha competência para tal, mas se o senhor não apertar e fizer essa discussão, fica insustentável a situação. Acaba que a indignação que vem lá dos servidores, chega na gente que

está aqui. E eu que vivo uma vida, para mim “é possível, é possível; não é possível, não é possível”, e eu trato isso com muita tranquilidade, o “sim” para mim tem o mesmo peso do “não”. Eu não dou conta de ficar enrolando o povo. Isso não dou.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Deputado Ismael, nós estamos aqui tratando com a verdade. Tudo que eu estou dizendo aqui há um processo dentro do SEI, que é acompanhado e é público, pode ser visto. E todas as informações que esta Casa também me solicitou foram enviadas em tempo hábil. Sempre atendemos todos os pedidos. Agora existe um orçamento da Fundação, este ano de R\$ 31 milhões, e R\$ 25/24 milhões é com folha. Então, dentro da Fundação, eu não tenho como dizer que tem um orçamento para esse Plano porque eu dependo do orçamento do Estado. Por isso é necessário que a MENP faça esse estudo e aprove ou não. Eu não tenho como responder pela MENP neste momento.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Na verdade tem sim. Eu vou discordar do senhor. Tem, porque há 2 anos — 2 anos de discussão na MENP. Será que a MENP se reuniu para tratar desse tema?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Ela, no mínimo, tem que dar uma resposta, Deputado Ismael.

O SR. ISMAEL CRISPIN – É disso que estou falando.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – No mínimo. Dois anos vai dizer... Ano a ano ela fala o quê? “Eu vou reunir, eu vou ver.” Então, assim, “não tenho condição de dar aumento, não tenho condição de dar auxílio, não tenho condição de dar nada”. O servidor, coitado, fica peregrinando para lá e para cá e não sabe o que vai fazer.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Me desculpa. Assim, era um tema que eu não queria entrar e nem discutir, eu queria só ouvir, mas não tem como.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O que me deixa triste, Deputado, é que as nossas convocações ou convites de Secretários nesta Casa, nós temos aqui 4 deputados. Nós somos 24 deputados e recebemos para isso. Mas na hora de o deputado dar apoio para o deputado que vai trabalhar fiscalizando, não estão aqui. Então, eu vou trabalhar nesta Casa para que nós possamos mudar. A convocação seja a primeira ao invés de votar Projeto, Deputado Ribamar Araújo. Porque isso é uma falta de respeito. É falta de respeito comigo que convoquei o Secretário, porque faz de conta que nada está acontecendo.

Então, agradeço aqui de coração a presença do Deputado Ribamar Araújo, a presença do Deputado Chiquinho da Emater e a presença do Deputado Ismael Crispin, vice-líder do governo. Eu não sei se tem alguém aí on-line conosco. Mas, assim, é falta de respeito. É uma Casa desunida. A realidade é essa. Aqui era para estar todos os deputados, porque envolve questão de servidor, envolve questão de Secretaria, envolve questões da Segurança Pública do Estado de Rondônia no

quesito tanto de infrator menor, quanto maior. Então, fica aqui a minha indignação! Fica aqui a minha indignação!

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode falar, Deputado. Me dá uma água com açúcar aí, que eu não estou legal, não. Me dá uma água aí para mim, uma água.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Água com açúcar aqui para o Deputado Jair. Infelizmente essa MENP não funciona. Infelizmente. Isso não é só com a Secretaria. Eles tinham que ter uma resposta para dar para a gente. A gente viu o da Sedam, o da Saúde e de tantas outras. Eles ficam lá enrolando, enrolando e não dão resposta. A gente fica perguntando como que está o Plano de Cargos e Salários de diversos órgãos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – A gente pergunta por que o servidor nos cobra.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Exatamente isso. E as coisas não andam. Então nós deveríamos falar com o Secretário Júnior o que realmente essa MENP faz, porque eu nunca vi nenhum cálculo dela.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Presidente, o senhor é cargo em comissão ou o senhor é servidor público concursado, estatutário?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Eu sou concursado. Eu sou agente de segurança socioeducador de carreira.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor é agente?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – De segurança socioeducador de carreira.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Há quantos anos o senhor está como agente?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Eu tenho 12 anos de agente concursado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E o senhor sabe que o senhor vai carregar essa cruz para o resto da sua vida. Porque o servidor, que é seu colega, que passou no concurso como o senhor, vai olhar para ti e falar: “você teve chance de mudar para nós e voltou para cá de novo para bater cadeado e não fez nada pela gente”. Então, se prepara para levar isso.

Ou a gente enfrenta essa MENP de uma vez e dá uma definição para o servidor, que é o servidor que é seu amigo, que não é cargo comissionado, que é estatutário como o senhor, que fez um concurso, que estudou, que passou e está ganhando a merreca que ganha hoje, correndo o risco maior que o policial penal, porque o menor infrator é muito mais perigoso do que o adulto.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presidente, posso fazer um encaminhamento?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode sim.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Até para essas tratativas, porque a gente precisa ter começo, meio e fim. A gente precisa terminar. E o encaminhamento que eu vou fazer, Presidente, é para — acho que isso é importante que seja a título de Requerimento — conhecer a regulamentação da MENP, se tem regulamentação ou se isso é só para inglês ver. Precisa saber disso aí. Porque a história aqui em Rondônia diz que a MENP foi criada lá no governo anterior, do Governador Confúcio Moura. E dizem os historiadores da política de Rondônia que a MENP foi criada exatamente para poder ir enrolando o povo, empurrando com a barriga: tudo está na MENP, tudo está na MENP. Veja, se existe uma regulamentação, nós vamos propor uma alteração. Que ela tenha prazo para poder cumprir com as propostas e responder, porque aí acaba com essa discussão “está tudo na MENP, está tudo na MENP”.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Correto. Muito bom. Parabéns. Então precisamos já preparar esse Requerimento do Deputado Ismael Crispin para sabermos como a MENP foi criada, qual a função dela, quem faz parte da MENP, como é feita a composição da MENP, e para a gente poder fazer a alteração, porque vira 2020. Nós estamos em 2021, está acabando.

O SR. ISMAEL CRISPIN – O que é mais complexo é o processo legislativo. Ele tem prazo.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pois é.

O SR. ISMAEL CRISPIN – O senhor faz um pedido de vista, tem uma hora que ele termina, que ele não vale mais. Chega um momento em que o Projeto tem que ir ao plenário para ser votado, não tem? Então, assim, não pode.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O que eu fico triste é pelo Antônio, o Presidente, porque ele é servidor, ele é estatutário. Ele passou num concurso. Os amigos dele estão lá cobrando ele. E daqui a pouco — o governo não é para sempre —, o governo passa, mas ele, como servidor público, continua servidor público.

E aí, Deputado Chiquinho, você, como é da Emater, o cara fala para você: “Chiquinho, você esteve lá na Emater, o que você fez por mim?”. Se você está aqui hoje como deputado é porque a Emater reconheceu lá, o familiar, o servidor, e votou em ti, e te agradeceu. E está aí. E um dia desses nós aprovamos aqui a mesma coisa que estava lá, do agente socioeducativo, nós aprovamos aqui da Sedam, uma migalha que para nós é pouco, que a gente ganha bem.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Foi da Emater.

O SR. JAIR MONTES – Da Emater. Mas para o cidadão lá que ganha pouquinho, quaisquer R\$ 100,00, R\$ 200,00 é 1 milhão de reais na conta dele. Ajuda demais num quilo de carne, que está R\$ 100,00. Numa cartela de ovos, que está mais de R\$ 30,00. Num saco de arroz de 5 quilos que está mais de R\$ 22,00.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – R\$ 32,00. **(fora do microfone).**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – R\$ 32,00 já? Meu Deus do céu!

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Deputado, se o senhor me permite a fala.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vai lá. Eu estou aqui nervoso.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Tudo bem, eu respeito o seu nervosismo. Mas eu tenho que também deixar claro aqui, tanto para quem está nos assistindo como aos presentes, que eu, graças a Deus, me sinto com a sensação de dever cumprido no quesito PCCR. Enquanto muitas categorias que têm muitos anos de existência, e nós estamos falando de uma categoria que tem uma Fundação com apenas três anos de existência, indo para quatro, nós já temos uma minuta pronta com todos os impactos.

Então, eu acho que nós estamos na frente. Nós avançamos. Agora, existem competências, assim como o senhor, aqui dentro da Casa de Leis, tem competência dentro do seu mandato legislativo, que tem coisas que vai acima do senhor e da sua competência. Eu, da mesma forma, dentro do Executivo, tenho a minha limitação e eu quero deixar isso aqui claro também. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Competência tem limite. Tem hora que você tem que chutar o balde, senão não vai não. 2020, me perdoe. Mas é uma ingerência muito grande com o senhor como Presidente. O que você teria que dar é uma satisfação para a sua categoria, que hoje eu estive lá com mais de dez no meu gabinete, perguntando: “Deputado...” Eu falei: “não sei nem o que falar. Votamos... Eu estarei com ele hoje nessa convocação.”. Agora quando o Senhor Júnior Gonçalves chegar, nós vamos saber o que está acontecendo, de fato e de direito.

Mais alguém com o Senhor Antônio?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presidente, chega para mim a informação de que a MENP foi criada por Decreto.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Correto.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Acho que é uma informação importante. Decreto 23.764, esse é um Decreto que altera a criação, porque precisa alterar a composição. Muda de governo, naturalmente vão alterar os membros que compõem a MENP.

No entanto, não vejo aqui nenhuma regulamentação dos prazos dos recebimentos das demandas, até porque — com todo o respeito, Antônio — o gestor lá na ponta... Você não tem assento na MENP, correto?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Sim, senhor. Não tenho assento. Não tenho.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Não tem assento na MENP. Então, acaba sendo feito de otário. Porque colocou lá na MENP e a MENP não está nem aí para ti.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pois é!

O SR. ISMAEL CRISPIN – Essa é uma grande realidade. Então, por isso é que, a partir do momento em que você entrega uma demanda lá, você precisa dar uma resposta. Concorde comigo? Precisa dar uma resposta. Então, esse bloco aqui...

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Deputado, não foi eu que entreguei na MENP, eu entreguei na Casa Civil, que a Casa Civil é que encaminha aqui para a Assembleia Legislativa. Foi deliberação da Casa Civil enviar para a MENP.

O SR. ISMAEL CRISPIN – E a Casa Civil colocou na MENP?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – É. Porque eu não tenho como enviar para a MENP.

O SR. ISMAEL CRISPIN – O senhor tem certeza que a Casa Civil entregou? Ou o senhor acha?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Não, eu tenho certeza, porque nós temos um processo dentro do SEI.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Está na MENP?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Está na MENP.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Então, veja: aqui recebe a demanda, mas não dá resposta. Aí toda vez que pergunta: “está na MENP”, “está na MENP”, “está na MENP”. Então, eu acho que isso precisa ser regulamentado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Acabar com essa MENP. **(fora do microfone).**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos lá, então. Quer falar alguma coisa, Antônio?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Não, senhor Deputado. Eu continuo à disposição. Mesmo o senhor nervoso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, tudo bem. É até bom mesmo, porque senão a gente vai... Vamos lá.

Vamos aqui agora para o senhor, para encerrar aqui, Marcus Castelo Rito. Você já esteve aqui outra vez para falar sobre regulamentação da Polícia Penal.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, Senhor Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor lembra quando você esteve aqui? A última vez?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, dia 16 de março.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Março, olha lá.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Perfeito.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Abril, maio, junho, julho, agosto... O senhor sabia que, seis meses depois, nós... O senhor falou que em trinta dias estava na Assembleia e faz seis meses. Hoje nós íamos votar, eu pedi vista da regulamentação da Polícia Penal. O senhor falou para nós que em trinta dias estaria aqui. O que aconteceu? O senhor mentiu para nós ou algo deu errado no meio do caminho nessa sua previsão de entrega da Polícia Penal?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, eu vou ter que lhe responder que eu não menti para o senhor nem para a Assembleia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Não, para mim não. Eu quero saber se mentiu para a Assembleia.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não menti para a Assembleia, e com certeza o senhor está equivocado nessa afirmação. Se o senhor quiser pegar a degravação da plenária do dia 16 de março, eu não falei isso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor falou que, com trinta dias, entregaria a regulamentação da Polícia Penal.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Se o senhor me permite, eu vou lhe repetir o diálogo. O senhor me perguntou que dia eu encaminharia, eu lhe disse que seria no mês de março. O senhor falou: “que dia do mês de março?”. Eu lhe respondi: “bem, como nós já estamos no dia 16, e o mês de março termina em 31, eu encaminho dia 31 para a Casa Civil e para a PGE.”. O senhor respondeu: “Tudo bem. Depois, Casa Civil e PGE, o Deputado Anderson e eu nos resolvemos com a Casa Civil e PGE.”. É só senhor consultar dia 16.

Eu prometi dia 31 de março e sim, houve um atraso, eu encaminhei para a Casa Civil e para a PGE no dia 5 de abril, houve 5 dias de atraso. De lá para cá, toda tramitação que foi feita: Casa Civil, Ditel, PGE, Setic (Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação), Grupo de Trabalho novamente, de servidores da Polícia Penal, voltou para a Sejus para retificação, depois voltou para a Casa Civil, Ditel, Setic. Todo o trâmite necessário. Da Sejus, conforme o prometido, houve 5 dias de atraso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, a ingerência hoje é Casa Civil e Ditel? É isso que o senhor vai falar?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Não é ingerência. Há um trâmite necessário para análise de Projeto de Lei da Casa Civil com Ditel, PGE e Setic porque tem mudança de nomenclatura de cargos. E, além disso, ainda passar novamente pela Sejus, para que analise se todas essas alterações não mudaram a natureza do Projeto. Então, são cinco órgãos para atuar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu vou te fazer a mesma pergunta que eu fiz para o Senhor Antônio. O senhor é servidor de carreira da Sejus ou só cargo em comissão?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não sou servidor de carreira da Sejus.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Só cargo em comissão convidado pelo Governador Marcos Rocha?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Perfeito. Cargo em comissão, subsídio por ser Secretário de Estado, a convite do Governador Coronel Marcos Rocha.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor tem passado mais tempo em Rondônia ou no Rio de Janeiro?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – No Rio de Janeiro eu não vou tem uns dois ou três anos, dois anos mais ou menos. Eu não morava no Rio de Janeiro antes de vir para cá, ao contrário do que, infelizmente, vi em redes sociais, declarações do senhor. Eu não morava no Rio de Janeiro antes de vir para cá, eu morava em Brasília.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Se amanhã, o Governador dormiu hoje a amanhã ele acordou assim, “eu não quero mais o Marcus Rito. Eu vou exonerar.”. O senhor continua em Rondônia ou o senhor volta para a sua cidade, que eu não sei, se não é o Rio, eu não sei onde o senhor mora. O senhor vai morar em Rondônia ou o senhor vai morar em outra cidade?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu não posso lhe responder porque eu não sei o dia de amanhã. O Coronel pode me exonerar e eu posso receber outro convite para trabalhar em Rondônia ou em qualquer outro Estado. Desde que seja um convite que faça com que eu possa gerir e prover o melhor possível para a sociedade, eu topo, sem problema algum.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor entende que o servidor da Sejus, eu não vou nem colocar o policial penal, o servidor como um todo, ele está satisfeito com o seu trabalho à frente da Secretaria Sejus?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu não tenho dúvidas que a maioria dos servidores está. Nós temos que entender, e isso eu trago sem problema nenhum, há uma diferença entre o servidor estar satisfeito com a gestão da Secretaria ou o servidor estar satisfeito com a questão salarial. São duas questões totalmente diferentes. O servidor policial penal, o servidor da Sejus hoje tem um déficit salarial que já vem do último aumento há 12 anos, que nada disso tem a ver com a gestão da Secretaria, propriamente dita. A gestão da Secretaria faz o máximo para o servidor, mas faz o máximo para que o sistema funcione. O interesse público acima de tudo, integra o interesse do servidor, o interesse da coisa pública, o interesse do sistema. Então, há um conjugado de esforços para que isso funcione. Então, eu

não tenho problema nenhum em saber que parte da categoria gosta e que parte não está satisfeita. Isso é normal. Assim como existem parlamentares no exercício do seu mandato que satisfazem o seu eleitor e outros que não satisfazem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor foi nomeado logo em janeiro de 2019?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Março de 2020.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 2020. Então, nós estamos hoje com 33 meses de mandato, tanto do meu mandato como deputado como do mandato do Governador Marcos Rocha, 33 meses. Nós temos 15 meses para encerrar os mandatos. Eu tenho um mês a mais ainda, eu tenho 16 e ele só tem 15. Então, falta muito pouco. Levando em conta que a regulamentação da Polícia Penal que demorou 6 meses, do tempo que o senhor esteve aqui até chegar para votar, 6 meses. Como está a questão do PCCR ou PCCS do servidor da Polícia Penal, da Sejus? Tem encaminhamento, não tem encaminhamento? Tem alguma previsão de melhoramento ou não, Secretário? E qual tem sido o seu esforço para ajudar essa categoria da qual o senhor é Secretário da pasta?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, vamos lá. Eu vou repetir o que eu respondi ao Deputado Cabo Jhony Paixão, que perguntou justamente sobre o PCCR. Eu vou repetir a informação.

A Secretaria de Justiça assinou o contrato com a consultoria que vai nos ajudar a desenhar o PCCR. O contrato foi assinado dia 30 ou 31 de agosto, e já houve reunião inicial para entrega do produto da consultoria de PCCR, que vai ser feito em acompanhamento pela Sejus, um grupo de trabalho que vai ser montado para servidores da carreira, Sepog e Sefin e provavelmente Casa Civil em um momento a posteriori.

Então, a consultoria está sendo iniciada no momento, e com certeza não é um produto fácil de se escrever, por mais que a instituição tenha expertise nessa questão, então o PCCR não será entregue este ano. A previsão é que seja fevereiro ou março do ano que vem para que ele seja ajustado e seja um PCCR exequível. Esse é o fato real e os prazos que nós temos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Se nós demoramos aqui 6 meses para chegar...

O SR. ISMAEL CRISPIN – Esquece. Neste mandato não tem PCCR.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Demorou 6 meses para chegar a regulamentação, tão fácil da Polícia Penal, imagina o reajuste. Então, eu não sei se aqui tem servidor que está acompanhando, da Sejus ou da Fease. Fease, não é? Então, a Fease está mais perto, porque está na MENP desde 2020 e já está encaminhada. Então, com um empurrãozinho eu acho que dá certo. Mas, quem é servidor da Sejus e está me assistindo neste momento, previsão de realinhamento neste momento está bem complicado.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – O senhor me permite, tem um equívoco. O PCCR não está diretamente ligado ao aumento salarial. Não está diretamente ligado. Houve uma separação justamente para que o processo que está na MENP hoje, para possível aumento salarial não ficasse preso ou atrelado ao PCCR.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Tem algo na MENP também, nessa bendita MENP, lá? De alinhamento policial? Policial Penal?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Foi, foi encaminhado, existe processo no SEI.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E quanto? Quando? Que dia, que ano? Você sabe?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Foi encaminhado tem mais ou menos uns 30 dias pra MENP.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, 30 dias. São 22...

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Aí foi encaminhado para a MENP; a MENP, possivelmente, vai analisar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vai analisar. Então, até 2023 a MENP entrega.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Vai analisar, inicialmente, os impactos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e, depois, diligenciar a Sejus acerca de algum encaminhamento. Então, estamos aguardando o posicionamento.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, nós temos hoje 5 fábricas que estão nos presídios — acho que estão nos presídios —, de bloquetes. Nós temos Machadinho, parada; nós temos Ji-Paraná, parada; nós temos Cacoal, parada; nós temos Buritis, em operação; e nós temos Porto Velho, em operação. Nós temos uma mão de obra, hoje, riquíssima...

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ariquemes, que está em funcionamento.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – É. Ariquemes está lá porque... E todo dia tem fuga... Então, vamos lá. Depois o senhor vai responder. Deixa eu concluir meu pensamento.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Por favor, fique à vontade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, assim, nós temos um DER hoje que está a todo o vapor trabalhando. Mas não tem manilha porque a Sejus, com essas fábricas paradas,

não consegue dar o resultado que essa Secretaria precisa para poder trabalhar a obra que vem a todo o vapor trabalhando. O que é que está acontecendo, Secretário? O senhor consegue... O senhor está desde março de 2020, não é isso?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Perfeito.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Março de 2020, 2021, 2022. Já tem mais de 2 anos na Secretaria. Nós estamos a 15 meses de terminar o governo, e nesses 15 meses nós temos a eleição a partir de agosto/2022, nós já temos a eleição na rua. O senhor vai conseguir colocar esse maquinário para trabalhar, para poder ajudar o Estado de Rondônia?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, o maquinário está justamente para trabalhar e ajudar o Estado de Rondônia, independentemente de estarmos próximos ou longe de eleição. A Secretaria trabalha na gestão da coisa pública e para o funcionamento do Estado. A eleição não influencia na questão do funcionamento das fábricas dentro da unidade prisional. É bom só retificar essas informações que o senhor trouxe, Deputado Jair Montes. Ariquemes está em funcionamento — só complementando — com produção diária de 2.700 bloquetes e já produziu mais de 50 mil, 54 mil; Buritis, também de bloquetes e manilhas, mais de 50 mil bloquetes produzidos e 500 manilhas; Cacoal está em funcionamento, com 50 mil/mês bloquetes; Ouro Preto — que o senhor esqueceu de citar — também está em funcionamento com 16 mil bloquetes; e Porto Velho, com funcionamento de manilhas. Ji-Paraná, a fábrica acabou de estar pronta e ainda faltam alguns ajustes. Ela não está funcionando porque está parada, ela ainda está terminando a sua implementação, assim como Guajará-Mirim também está sendo construída. Então, só para retificar.

E sobre a questão da utilização das fábricas, a utilização das fábricas estão funcionando dentro das possibilidades. Existem questões de materiais, de insumos, e por aí vai. A preocupação da Secretaria não é a eleição do ano que vem. A Secretaria se preocupa em entregar para a sociedade o trabalho do reeducando e os bloquetes e as manilhas para a melhoria da população.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Me perdoe, mas é uma vergonha. O que o senhor fala aqui, o DER fala totalmente diferente. Eu tenho aqui, acho que até um pedido do nobre Deputado Chiquinho da Emater. O senhor fez pedido para o DER de algumas manilhas, não foi isso? Quantas manilhas?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu fiz para a Linha 67, 35 manilhas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Quantas manilhas?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – 35 manilhas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 35 manilhas.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Foram entregues hoje, se não me engano.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Há quanto tempo você pediu essas manilhas?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Ah, faz uns 30 dias.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pois é. Nós temos outros deputados que pediram manilhas e eu também fiz o pedido de manilha e tive a resposta: “Deputado, não tem condição, porque a Secretaria Sejus não está entregando a contento a manilha que nós estamos precisando.”. Então é triste, é muito triste.

Eu vou deixar aqui, o Governador Marcos Rocha precisa repensar no seu secretariado, repensar...

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Essa resposta foi do DER, Deputado?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Não, eu já vou lhe passar.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ok.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O Governador precisa repensar. Por mais que não se fale em reeleição ou eleição o ano que vem, mas todo mundo pensa em eleição, reeleição, e só tem isso quando se faz um bom trabalho. O senhor está aqui dizendo “não, o meu papel aqui é a Sejus, eu não penso nisso, o meu negócio...”. Tudo bem que o senhor não pensa. Tudo bem. Quando acabar o seu mandato aqui, eu não sei se dura até amanhã, esta semana, o senhor vai pegar a sua mala e vai embora. O senhor não vai ficar aqui.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu não tenho mandato, Excelência.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor não vai ficar aqui. É igual ao Coronel Meirelles, que era do DER, que veio lá de Fortaleza. Hoje virou um grande amigo meu, está lá na Seosp, não é? Parece que agora deram uma acelerada nele, botaram um foguete, está andando. Parece que está andando.

Então, assim, precisa andar, Secretário. Precisa andar! De conversa bonita, nós estamos cheios de conversa bonita. Ninguém aguenta conversa bonita, não. A gente anda o Estado todo e quando anda, é o povo nos cobrando. É nos cobrando todo o tempo. A gente pensa, sim, em reeleição. Cada deputado que está aqui pensa em reeleição. E ele só é reeleito quando ele faz o trabalho que o povo cobra ele para fazer. Fiscalizar. E ninguém está satisfeito com o seu trabalho, não. Me perdoe. O senhor pode estar satisfeito, mas ninguém, as pessoas que a gente convive, no meio do servidor público, não está satisfeito com o seu trabalho. Fique à vontade.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, Deputado, se o senhor não está satisfeito, é um ponto de vista do senhor. O senhor tem...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Não sou eu que não estou satisfeito. Não sou eu quem não está satisfeito. Os servidores públicos não estão satisfeitos. Eu não estou. Eu não estou. O servidor público não está, eu também não estou.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Eu posso continuar?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode. Fique à vontade.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Muito obrigado. Não adianta ficarmos nervosos e eu não poder terminar a minha fala, por favor. Se o senhor acha e os servidores acham, os que o senhor tem contato, cada um tem um entendimento e uma questão de como absorver as demandas da sociedade, as demandas funcionais, as demandas quaisquer que sejam, inclusive as demandas parlamentares. A Secretaria de Justiça está, sim, funcionando bem e isso eu lhe garanto. E o senhor vai confirmar isso com o ponto de vista do nosso Governador, que é quem me nomeou para o cargo.

Quanto ao fato de eu estar aqui, hoje, e não estar amanhã, eu não sei, não posso lhe dizer isso. E o senhor insiste com isso — e não é a primeira vez —, pelo fato de eu não ser do Estado. Alguém já disse que o senhor não seria um bom parlamentar por não ser do Estado de Rondônia? Alguém já disse ao Deputado Cirone, por ser do Mato Grosso, que ele não seria um bom parlamentar? Alguém já disse ao Presidente da Casa isso, por ser do Paraná, que ele não seria um bom parlamentar, porque não é do Estado de Rondônia? Então, o trabalho tem que ser respeitado independente da origem de quem está aqui para trabalhar. Eu sou servidor público e estou em cargo, estou em subsídio para ser servidor público e a minha responsabilidade é a mesma que a do meu colega Antônio, por ser estatutário ou não. Então, conversa mole, balela é quando a gente fica dizendo que o servidor vai ser bom ou ruim de onde ele vem ou por que ele não é estatutário. Me desculpe, Deputado, eu não posso concordar com isso.

Então, consulte o Governador do Estado, que é meu chefe e que vai lhe dizer se ele está satisfeito ou não com a gestão. Assim como todos os outros servidores que não convivem com o senhor. O senhor tem contato com parte dos servidores públicos. Existe outra parte que o senhor não tem contato. Então, sugiro ao senhor que entre em contato com todos os outros servidores públicos e faça essa pesquisa também e analise a gestão da Secretaria de Estado como um todo. E sempre estou à disposição para esclarecer. Agora, ouvir que o trabalho não é bom porque eu não vou estar aqui amanhã, ninguém sabe o dia de amanhã. Então, só deixar isso esclarecido.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, é muito claro a sua ingerência como Secretário, quando você observa o município de Ariquemes. O que o senhor, como Secretário, tem feito para melhorar a vida da população de Ariquemes? Que todo dia nós temos ali ocorrência de fugas. Quando o DER fala: “não estou recebendo as manilhas que a Sejus me prometeu”, é a própria Secretaria falando de outra Secretaria.

Secretário, o senhor está aqui — eu nunca vi isso —, “eu sou bom”, o senhor está falando que o senhor é bom. Eu estou falando para o senhor: o senhor, hoje, tem se mostrado — me perdoe lhe falar isso —, o senhor pode ter sido bom quando foi até fiscal do Coronel Marcos Rocha, quando ele era Secretário da Sejus, mas como Secretário, o senhor tem deixado muito a desejar.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ok, Deputado. Como ponto de vista, cada um tem o seu ponto de vista. Tenho certeza absoluta que não toda a população do Estado de Rondônia também lhe considera um parlamentar excepcional. Isso é uma questão de ponto de vista. O senhor pode ser um parlamentar excepcional — não estou entrando do mérito se é ou não —, mas, com certeza, existem pessoas que não consideram. Eu não estou aqui para ser unanimidade. Ninguém é unanimidade. O nosso Governador, que é um excelente gestor, não é unanimidade. Eu não vou ser unanimidade. Nenhum dos deputados, aqui, será unanimidade. Então, o que eu trago para o senhor é: primeiro, gostaria também que o senhor me encaminhasse ou encaminhasse à Secretaria de Justiça, quando fosse possível e conveniente para o senhor, a resposta do DER sobre as manilhas. Isso é importante, porque eu quero entender da onde vem essa resposta e quais são as causas de tal resposta. Se uma fábrica não está funcionando, eu tenho outras fábricas que funcionam aqui que podem prover as manilhas também. Então, isso tudo precisa ser bem esclarecido. Dizer, aqui, que houve uma negativa, é uma coisa; em que situação, é outra coisa. Então, de qualquer forma, como eu disse ao senhor, a gestão da Secretaria de Justiça está bem mais fluída e muito melhor do que anteriormente.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Qual o prognóstico dele sobre a cogestão no Tocantins? Chegou aqui para mim, perguntando qual o seu prognóstico dessa cogestão no Tocantins, que foram fazer a visita lá. Terceirização, a realidade é essa.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Desculpe lhe retificar novamente. Cogestão não é terceirização e também não é igual a PPP. Existe muita distinção em relação a isso. O meu ponto de vista sobre cogestão, é uma excelente pergunta do senhor, o Deputado Ismael Crispin estava presente, o Deputado Anderson, o Presidente desta Casa também estava. A cogestão é uma atuação em conjunto do Poder Público com a instituição privada. Não há substituição de mão de obra pública, não há substituição ou supressão de prerrogativas dos policiais penais que lá estão. Pelo contrário, há uma utilização de mão de obra da iniciativa privada em setores que hoje são frágeis ou não são eficazes no setor público, como, por exemplo, hoje nós temos no País — e trago isso inclusive aqui para Rondônia também, para que fique bem claro —, uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Presa, a PNAISP, em que o município adere a essa política e ele tem a obrigação, dentre uma série de requisitos, de prover profissionais de saúde para dentro dos presídios, além da própria Secretaria de Justiça. Isso é papel da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde. Mas os municípios não têm

como arcar com essa carga hoje em dia. Então, a cogestão pode vir para que a iniciativa privada tome conta do setor de saúde da unidade prisional, pode vir para o setor de assistência social, para o setor de psicologia, de psiquiatria. Nós não temos médicos nem no setor público, no serviço público de saúde normal, psiquiatras, em quantidade, quanto mais dentro de presídios. A iniciativa privada vem para suprir isso. A segurança, a responsabilidade, a direção, a intervenção, as ações de segurança e de custódia dentro da unidade são essencialmente feitas por policiais penais. E não digo isso só de Tocantins, mas também em outros Estados da Federação. O Estado de Rondônia está estudando essa possibilidade de se trazer para cá ou não isso. Isso depende de questões, impacto financeiro e por aí vai. Mas em nenhum momento usurpa as funções ou prerrogativas do policial penal.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Alguém tem alguma pergunta. Deputado Ismael, ok? Deputado Chiquinho, ok? As suas considerações finais, Senhor Antônio.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA – Quero agradecer a Deus por me permitir chegar a esta Casa. Também ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha pelo apoio que tem dado em toda a condução da Fundação. Agradecer ao senhor, Deputado Jair Montes, a todos aqui presentes também por nos ter convocado para essa fala. E pedir a todos que tenhamos uma boa-noite e sucesso na sua trajetória. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Suas considerações finais, Senhor Marcus Rito.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Bem, só trazer aqui mais uma vez o prazer de estar aqui nesta Casa de Leis, a Casa que representa o poder do povo, a Casa responsável pela legislação e pelos normativos estaduais que fazem com que o sistema jurídico não só do Estado, mas o sistema jurídico como um todo possa fluir e funcionar da melhor maneira possível. E, como sempre, colocar a Secretaria de Justiça à disposição, não só por convocação, por convite ou por escrito, de qualquer maneira que seja, sempre trazendo a lisura e a retidão que o Governo do Estado, por meio do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, prega.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Sessão de Convocação.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 20 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 467/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23 a 25/09/2021 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Presidente Médici/RO, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO e São Miguel/RO, acompanhar o Deputado Estadual Marcelo Cruz, em visitas aos municípios, para conhecer a realidade, necessidades e demandas apresentadas pela população, bem como conduzir o veículo oficial, conforme Processo nº 35349/2021-e.

Matricula	200168955
Nome	Vitor Hugo de Almeida
Cargo	Chefe Gab. Deputado
Lotação	Dep. Marcelo Cruz

Porto Velho - RO, 24 de Setembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 468/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23 a 25/09/2021 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Presidente Médici/RO, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO e São Miguel/RO, participar de visitas oficiais, juntamente com o Deputado Estadual Marcelo Cruz, onde irá auxiliar a conduzir as reuniões, receber documentos de solicitações, fará a cobertura das imagens (mídia), conforme Processo nº 35349/2021-e.

Matricula	200169478
Nome	Samir Damiao A. Albuquerque
Cargo	Secretário de Apoio
Lotação	Dep. Marcelo Cruz

Porto Velho - RO, 24 de Setembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021/ALE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021/PPP/ALE/RO Processo Administrativo nº 24061/2021-e

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, situada na Av. Farquar, 2562 – Bairro Olaria – CEP 76.801-189 – Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada ALE/RO, representada, neste ato, pelo Secretário Geral, Sr. Marcos Oliveira de Matos, brasileiro, casado, portador do RG nº 423414/SSP/RO e CPF nº 420.547.102-53, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021/PPP/ALE/RO, devidamente homologado (e-DOC F9365A24), publicado no D.O – e – ALE nº 165, de 16/09/2021, nos autos do Processo Administrativo nº 24061/2021-e, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto nº 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, a pedido da Superintendência de Logística, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021/PPP/ALE/RO.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as constantes na tabela abaixo:

FORNECEDOR: ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ nº 05.555.440/0001-29, com endereço na Av. Campo Sales, 3511 – Bairro Olaria, CEP: 76801-281, Porto Velho/RO, representado por Ronaldo Junior dos Santos Rodrigues, portador do RG nº 939.469 SSP/RO e do CPF:827.851.392-91. Fone/FAX: (69) 3224-5662, endereço eletrônico: roadcs@gmail.com.					
LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR-UNIT
1	APONTADOR PARA LÁPIS COM LÂMINA EM AÇO TEMPERADO, MANUAL, PORTÁTIL, 1 ENTRADA, EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, SEM DEPÓSITO.	UND	200	TRIS	1,00
2	BANDEJA PARA EXPEDIENTE, EM ACRÍLICA COR FUME DIMENSÕES 25 X 35x4 CM COM 01 REPARTIÇÃO ACONDICIONADA EM CAIXA INDIVIDUAL	UND	140	WALEU	20,00
3	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, TAMANHO GRANDE, MACIA, FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO, BORRACHA EM LÁTEX, BRANCA, DIMENSÃO: 56 X 33 X 11MM, CAPA PROTETORA.	UND	300	WIN PAPER	2,00
4	CAIXA PLÁSTICA (POLIIONDA) PARA ARQUIVO MORTO, CHAPA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO CORRUGADO, COM ESTRUTURA ALVEOLAR, FORMADO POR DUAS LÂMINAS PLANAS E PARALELAS, UNIDAS POR MEIO DE NERVURAS LONGITUDINAIS, ISENTA DE MANCHAS, CORTADA EM MOLDE PROVIDO DE VINCOS QUE POSSIBILITAM DOBRAS, DE MODO A FORMAR UMA CAIXA DE FORMATO PRISMÁTICO RETANGULAR, E COM FUROS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO. A DOBRA CORRESPONDENTE À TAMPÃO FECHARÁ APENAS UMA LARGURA E COMPRIMENTO DA CAIXA, POSSUINDO ABA PARA DESLIZAR	UND	1.000	ALAPLAST	6,00

	A COMPLETA VEDAÇÃO. DIMENSÕES DE 36,5X25X13,5 CM, COR AZUL.				
5	CAIXA PLÁSTICA (POLIONDA) PARA ARQUIVO MORTO, CHAPA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO CORRUGADO, COM ESTRUTURA ALVEOLAR, FORMADO POR DUAS LÂMINAS PLANAS E PARALELAS, UNIDAS POR MEIO DE NERVURAS LONGITUDINAIS, ISENTA DE MANCHAS, CORTADA EM MOLDE PROVIDO DE VINCOS QUE POSSIBILITAM DOBRAS, DE MODO A FORMAR UMA CAIXA DE FORMATO PRISMÁTICO RETANGULAR, E COM FUROS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO. A DOBRA CORRESPONDENTE À TAMPA FECHARÁ APENAS UMA LARGURA E COMPRIMENTO DA CAIXA, POSSUINDO ABA PARA DESLIZAR A COMPLETA VEDAÇÃO. DIMENSÕES DE 36,5X25X13,5 CM, COR AMARELA.	UND	2.000	ALAPLAST	6,00
6	CAIXA PLÁSTICA (POLIONDA) PARA ARQUIVO MORTO, CHAPA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO CORRUGADO, COM ESTRUTURA ALVEOLAR, FORMADO POR DUAS LÂMINAS PLANAS E PARALELAS, UNIDAS POR MEIO DE NERVURAS LONGITUDINAIS, ISENTA DE MANCHAS, CORTADA EM MOLDE PROVIDO DE VINCOS QUE POSSIBILITAM DOBRAS, DE MODO A FORMAR UMA CAIXA DE FORMATO PRISMÁTICO RETANGULAR, E COM FUROS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO. A DOBRA CORRESPONDENTE À TAMPA FECHARÁ APENAS UMA LARGURA E COMPRIMENTO DA CAIXA, POSSUINDO ABA PARA DESLIZAR A COMPLETA VEDAÇÃO. DIMENSÕES DE 36,5X25X13,5 CM, COR VERMELHA.	UND	200	ALAPLAST	6,00
7	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR AZUL, CORPO ÚNICO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE SEXTAVADO, COM PONTA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA FINA 0,7MM, CARGA E TAMPA CONECTADA AO CORPO POR ENCAIXE.	UND	9.000	BIC	1,00
8	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR PRETA, CORPO ÚNICO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE SEXTAVADO, COM PONTA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA FINA 0,7MM, CARGA E TAMPA CONECTADAS AO CORPO POR ENCAIXE.	UND	8.000	BIC	1,00
9	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR VERMELHA, CORPO ÚNICO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE SEXTAVADO, COM PONTA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA FINA 0,7MM, CARGA E TAMPA CONECTADAS AO CORPO POR ENCAIXE.	UND	1.500	BIC	1,00
10	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, TINTA BASE DE ÁGUA, COM ESPESSURA DO TRAÇO DE 2 A 5MM, PONTA EM POLIETILENO, CORES (AMARELA, LARANJA, VERDE E ROSA)	UND	2.400	LIKE	2,00

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR-UNIT
1	CARGA DE GRAFITE PARA LAPIZEIRA 0,7MM, EMBALAGEM C/ 12 MINAS.	TB	200	GOLLER	1,00
2	LAPISEIRA RECARREGÁVEL PARA PONTA DE GRAFITE 0,7MM, COM CLIP PRENDER, PONTA RETRÁTIL E BORRACHA.	UND	600	BRW	5,00
3	CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL: BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, LAVÁVEL, INODORO, EMBALAGEM 18ML	UND	200	RADEX	2,00
4	COLA BRANCA LÍQUIDA LAVAVEL NÃO TÓXICA PARA PAPEL, COM BICO DOSADOR DE ENCAIXE, EMBALAGEM C/ 90 GRAMAS	FR	400	PIRATININGA	2,00
5	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº00 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100	CHAPRRAU	3,00
6	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº1/0 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100	CHAPRRAU	3,00
7	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº2/0 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	200	CHAPRRAU	3,00
8	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº3/0 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100	CHAPRRAU	3,00
9	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº4/0 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100	CHAPRRAU	3,00
10	CLIPS DE AÇO NIQUELADO Nº8/0 CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	100	CHAPRRAU	4,00

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR-UNIT
1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DE 50MMX50METROS	RL	200	EUROCEL	5,00
2	GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO EM METAL, PARA GRAMPO 26/6, BASE MEDINDO NO MÍNIMO 20,4X4,5 E NO MÍNIMO 8CM DE ALTURA, CAPACIDADE PRA GRAMPEAR ATÉ 20 FOLHAS DE PAPEL DE 75G/M²	UND	200	ACC	25,00
3	GRAMPO PARA GRAMPEADOR TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO TAMANHO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES.	CX	400	JOCAR	5,00
4	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 2, DUREZA CARGA 2B, MATERIAL CARGA GRAFITE	UND	400	SERELEPE	1,00
5	LIGA LATEX PURO Nº18, PACOTE COM 100 GR.	PCT	100	RED BOR.	4,00
6	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO PRENSADO, TIPO AZ, LARGURA 280, ALTURA 350, LOMBADA 80MM, PRENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR PLASTIFICADO, TIGRADA	UND	600	FRAMA	11,00
7	PASTA EM CARTOLINA LISA COM ELÁSTICO, SEM DESENHO, PLASTIFICADA, FORMATO 228X340MM	UND	600	POLYCART	3,00
8	PASTA SUSPensa EM PLÁSTICO TRANSPARENTE NA COR CINZA, COM PONTA DE NYLON PARA ARQUIVO DE GAVETA, COM TRILHO EM PLÁSTICO, FIXADO A ABA INTERNA DA PASTA, ACOMPANHADA POR VISOR.	UND	200	ALAPLAST	5,00

LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR-UNIT
1	PAPEL VERGÊ 180G/M² TAMANHO A4 PACOTE COM 50 FLS NAS CORES BRANCO	PCT	150	USAPEL	12,00
2	LIVRO PROTOCOLO PARA CORRESPONDENCIA, TAMANHO 160X220MM, CAPA/CONTRACAPA: PAPELÃO NA COR PRETO, NO MINIMO 100 FOLHAS.	UND	250	JANDAIA	9,50
3	UMEDECEDOR DE DEDOS (MOLHA DEDOS PARA TROCA DE PÁGINAS) UMEDECEDOR DE DEDOS PARA FACILITAR O MANUSEIO DE CÉDULAS E PAPÉIS EM GERAL. COM AÇÃO GERMICIDA, EVITA A CONTAMINAÇÃO DA PELE. NÃO ENGORDURA OS PAPÉIS NEM RESSECA A PELE	UND	100	RADEX	2,90
4	BARBANTE Nº. 8, 100% ALGODÃO, 8 FIOS, ROLO COM PESO MÍNIMO DE 250 GRAMAS	RL	100	SÃO JOÃO	27,00
5	PASTA DE PLÁSTICO TIPO CATÁLOGO, COR PRETA, DIMENSÕES DE 260 X 330 MM, COM 100 PLÁSTICOS DE 4 FUROS E PRENDEDORES INTERNOS TIPO GRAMPO.	UND	400	PLASTPARK	19,00
6	PASTA L, TAMANHO A4, EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE	UND	5000	ALAPLAST	1,80
7	PRANCHETA PARA ANOTAÇÕES, TAMANHO OFÍCIO, COM PEGADOR DE PAPÉIS.	UND	50	WALEU	17,70
8	GRAMPO PARA GRAMPEADOR TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO TAMANHO 23/11, CAIXA COM 1.000 UNIDADES	CX	50	JOCAR	6,90

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação no D.O – e – ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma (01) via, que depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho – RO, 17 de setembro de 2021.

Marcos Oliveira de Matos
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP
Ronaldo Junior dos Santos Rodrigues
REPRESENTANTE LEGAL

Página 2699